AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 12 | DEZEMBRO 2012 | R$ 15,00

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

ISSN 0100-4298



ETANOL
Estimativa do consumo no Brasil

OCDE-FAO
Perspectivas da produção agrícola

CAFÉ
Conilon ganha espaço

CONSECITRUS
A laranja azedou

O agronegócio é o seguinte

Consecitrus: acordo difícil

NOVOS INDICADORES do desempenho da economia europeia revelam pouca ou nenhuma mudança ao longo de 2012. A nova queda registrada no PIB da região indica a presença de recessão, e os países da região não dispõem de instrumentos eficazes para reverter esse processo. A moeda única elimina o potencial da política monetária e cambial para reativar a economia. Uma boa alternativa seria melhorar a competitividade, mas, na ausência de ganhos de produtividade, isso só seria possível via redução de custos, com cortes de salários e benefícios.

Já o governo brasileiro dispõe de instrumentos de política econômica a seu dispor para estimular a demanda agregada e evitar a recessão no País. Com as contas públicas relativamente ajustadas, há espaço para políticas monetárias expansionistas. Por sua vez, a taxa de juros mais baixa estimula a demanda agregada, enquanto diminui a atratividade do capital externo, de modo a valorizar a moeda americana, incentivando as exportações. Assim, a economia brasileira possui plenas condições para melhorar seu desempenho em 2013.

Em molde conceitual semelhante ao do Consecana, modelo que organizou o setor sucroalcooleiro, está em andamento a montagem do Consecitrus, processo que pretende organizar o setor citrícola. No entanto, as chances de sucesso do Consecitrus são pequenas. Uma das justificativas é a existência de poucos compradores (apenas três indústrias), além da desorganização e falta de confiança entre os vendedores, produtores rurais. Outra razão recai sobre a enorme mudança de base técnica ocorrida na cultura da laranja, em que houve um aumento significativo no custo de produção e, consequentemente, um aumento da produtividade mínima necessária para a atividade atingir o equilíbrio econômico. O terceiro motivo está relacionado à base de preços utilizada. Certamente, a Bolsa de Nova York não é um bom parâmetro. A tendência é que a laranja continue perdendo terreno para a cana.

A ***Agroanalysis*** deste mês apresenta o caderno da cadeia produtiva da cafeicultura, elaborado em parceria com o Conselho Nacional do Café. Apesar da grande safra brasileira em razão da bianualidade da cultura, os estoques mundiais ainda continuam em patamares baixos, o que mantém os preços firmes. O sucesso dos programas de crédito do Funcafé, para os produtores brasileiros reterem suas produções, constitui um poderoso trunfo do setor produtivo nacional. Para o próximo ano, o Brasil abrigará pela primeira vez a 110º reunião da Organização Internacional do Café.

Nos últimos anos, impulsionado pelos melhores preços, o cafeicultor brasileiro investiu na renovação dos cafezais e na expansão da área plantada. O resultado disso foi o crescimento da produção. Analisando separadamente o café Arábica, o maior volume disponibilizado no mercado, devido à colheita da safra 2012/13, reduziu a rentabilidade do negócio. Já o café Conilon alia a redução de custos operacionais a preços crescentes, fatores positivos que devem garantir uma excelente rentabilidade ao produtor.

O Fórum Abag e a CANAPLAN levaram à discussão o processo de recuperação da lavoura canavieira no Centro-Sul brasileiro, após o "vale" vivido a partir da safra 2010/11. O cenário não é bem claro quanto às restrições de recursos, pressões de custos, rigor ambiental e indefinições nas políticas públicas. Para a safra 2011/12 na região Centro-Sul, a expectativa é de que tenham sido moídos 510 milhões de toneladas de cana, ou seja, a produção teria permanecido praticamente estável. Com relação à safra 2013/14, a perspectiva é de melhoria da produtividade, caso o clima seja favorável.

Considerando o crescimento da frota *flex* em relação à frota total de veículos leves prevista para 2022, uma alteração de 10% na preferência dos consumidores pelo uso de etanol hidratado ou gasolina poderá causar uma variação no consumo potencial de etanol hidratado de 4,4 bilhões de litros, o que não é irrelevante. É muito importante um planejamento bem feito do mercado de combustíveis, que oriente o planejamento individual e crie condições econômicas para a estocagem espontânea, e não mandatória, de etanol e gasolina pelos agentes de mercado envolvidos na cadeia de produção e comercialização. Este planejamento e sua revisão periódica permitiriam decisões coordenadas entre o Governo e o setor privado.

Por fim, a ***Agroanalysis*** traz um estudo sobre perspectivas agrícolas elaborado conjuntamente pela OCDE e FAO. O relatório apresenta as tendências de mercado no que diz respeito aos biocombustíveis, cereais, oleaginosas, açúcar, carne, peixe e laticínios quanto ao período 2012-2021. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Borba Werner
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Elmiro Alves do Nascimento

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Economia em 2013
15 Combustíveis do ciclo Otto
17 Brasil e China
19 Consecitrus
21 Especial BBM
22 Café
24 Filosofia Kaizen

Especial Café

25 Cadeia da cafeicultura busca produtividade e qualidade

Especial CANAPLAN

37 Avaliação da safra canavieira 2012/13

Especial OCDE

39 Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO 2012

Especial ANDEF

42 Pesquisa e desenvolvimento

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



19 Consecitrus

Especial Café



25 Cadeia da cafeicultura busca produtividade e qualidade

Especial OCDE



39 Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO 2012

Elmiro Alves do Nascimento
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

Produtividade e qualidade são os grandes desafios

Por Paulo Roque

SEGUNDO SEU antecessor, Gilman Viana, Elmiro do Nascimento foi escolhido para ocupar a pasta mineira da Agricultura não só pela sua formação acadêmica, mas principalmente por ser produtor rural e conhecer profundamente o setor. É criador de gado de leite e cafeicultor e está à frente de uma secretaria considerada modelo para as demais que integram o Conselho Nacional de Secretarias de Agricultura (CONSEAGRI), sobretudo por sua política de trabalhar em busca de resultados. Ele destaca a importância da cadeia produtiva do café para estado e para o Brasil, o que levou a OIC (Organização Internacional do Café) a acatar o pleito do governo de Minas para sediar a reunião do cinquentenário da entidade. Aproveitando a ocasião, serão realizadas outras atividades, que, em sua opinião, "farão de Belo Horizonte o palco de uma inesquecível celebração". Para isso, o Executivo mineiro conta com o apoio da esfera federal e com importantes parcerias no estado.

Mineiro, natural de Patos de Minas, Elmiro Alves do Nascimento é graduado em Administração de Empresas, com especialização em Administração Rural. Foi deputado estadual nos períodos de 1987 a 1995 e de 2003 a 2011. Também ocupou os cargos de diretor financeiro da Camig (Companhia Agrícola de Minas Gerais), de 1979 a 1981; de presidente da Loteria Mineira, de 1981 a 82; de prefeito de Patos de Minas, de 1997 a 2000; e de presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paranaíba, em 1997.



"Cabe ao poder público dar as condições e apoio para que empresas possam ser criadas e crescer, sendo competitivas, desenvolvendo produtos e marcas"

AGROANALYSIS **Tratando-se de um dos grandes destaques do agronegócio mineiro, como o senhor vê a competitividade da cadeia produtiva do café?**

ELMIRO ALVES DO NASCIMENTO Assim como nos demais produtos agrícolas, e mesmo em outros setores produtivos, temos assistido a um progressivo ganho tecnológico, com o consequente aumento de produtividade do café. O cafeicultor e todos os demais segmentos da cadeia precisam estar preparados para essa nova realidade, em que alta produtividade e alta qualidade dos produtos, combinados a crescentes exigências do consumidor, passam a reger as novas relações comerciais. Em Minas Gerais, a cafeicultura assimilou bem essa nova realidade. Nos últimos dez anos, os ganhos de produtividade foram expressivos,

próximos a 50%. Em agricultura, um avanço dessa magnitude é algo digno de comemoração.

AGROANALYSIS A questão da certificação e marca faz parte da agenda da cafeicultura?

EAN Com certeza. A certificação é um componente importante dentre essas novas exigências do consumidor. Qualidade, aqui, tem a conotação de qualidade intrínseca do produto, mas, também, de qualidade do processo produtivo, ou seja, vai além da sustentabilidade econômica, respeito às questões ambientais e sociais envolvidas em todo o processo de produção. Nesse quesito, o estado de Minas Gerais é pioneiro no Brasil em termos de certificação pública, por meio do Certifica Minas Café. Quanto às marcas, são mais afeitas à iniciativa privada, que é quem realmente processa, agrega valor e realiza a comercialização do produto. Cabe ao poder público dar as condições e apoio para que empresas possam ser criadas e crescer, sendo competitivas, desenvolvendo produtos e marcas. Temos buscado, de forma incessante, criar esse ambiente favorável.

AGROANALYSIS Em termos de rentabilidade, qual a perspectiva para o produtor na presente temporada?

EAN Neste ano de 2012, vimos ocorrer um achatamento nos preços do café, em relação aos preços verificados no ano passado, em que pese o aumento dos custos de insumos e serviços. Isso fez reduzir-se a margem de lucro. Hoje, mesmo para os cafés de qualidade, o custo de produção está muito próximo ao preço de mercado. Fatores como a crise internacional, maior percentagem de café Robusta nos *blends* comercializados internamente e o fato de estarmos em um ano de safra alta respondem por parcela importante desse efeito de baixa de preços – o café alterna, em anos subsequentes, uma safra alta com outra baixa, em função de aspectos fisiológicos naturais da espécie. Por outro lado, a oferta mundial está apertada. Mantida a tendência de consumo maior do que produção, como ocorreu nos últimos anos, com redução dos estoques, esse será um fator de pressão sobre os preços.

AGROANALYSIS Qual a sintonia entre a cafeicultura mineira e a Organização Internacional do Café (OIC)?

EAN A OIC, como entidade representativa dos países exportadores e importadores, exerce importante papel na articulação entre esses países, pois "oferece aos representantes oportunidades para a troca de opiniões, a coordenação de políticas e prioridades, incentiva a sustentabilidade da economia cafeeira mundial, promove a melhoria da qualidade do café, fomenta a expansão do consumo mundial". Todas essas ações são estratégicas para o desenvolvimento do agronegócio café, que tem em Minas Gerais um de seus maiores representantes.

A importância de Minas Gerais foi ratificada, tendo a OIC acatado o pleito do governo mineiro para sediar a reunião do cinquentenário da entidade.

AGROANALYSIS Para o próximo ano, teremos o encontro da OIC em Belo Horizonte. Este evento será uma das principais realizações em 2013? Por quê?

EAN Sem dúvida. O Brasil, como maior produtor mundial de café – e Minas Gerais respondendo por pouco mais de 50% da produção brasileira –, tem lugar de destaque dentre os setenta e sete países que compõem a Organização, dos quais cinquenta são produtores. É fato que Minas Gerais, se um país fosse, seria o maior produtor mundial de café Arábica. Por exemplo, dois de cada três cafés brasileiros no exterior são oriundos de Minas Gerais. O evento precisa estar à altura da pujança do agronegócio café no Brasil e, em particular, em Minas Gerais. Destaca-se, também, que, hoje, a OIC tem como diretor executivo o Dr. Robério de Oliveira Silva, um mineiro que vem empenhando-se em fazer uma gestão marcante e terá a oportunidade de ser protagonista da reunião que celebrará o cinquentenário da Organização. Só podemos esperar algo grandioso.

O governo de Minas, com o apoio da esfera federal e com importantes parcerias no estado, decidiu que realizará, juntamente à reunião anual da OIC, outras atividades que farão de Belo Horizonte o palco de uma inesquecível celebração.

AGROANALYSIS No cômputo geral, o desempenho da agropecuária de Minas Gerais pode ser considerado satisfatório?

EAN Sim. Minas Gerais vem apresentando um contínuo crescimento no PIB do Agronegócio. Segundo o Cepea (Centro Avançado em Economia Aplicada), o estado, em 2001, participava com 9,7% da composição do PIB do agronegócio brasileiro. A previsão, para 2012, é que o agronegócio gere R$ 121 bilhões, o que resultará numa participação de 12,6% do agronegócio brasileiro. Ressaltam-se nesse cenário nacional, além da liderança desenvolvida na cafeicultura, as cadeias produtivas, como na bovinocultura, que registra o segundo rebanho bovino e o primeiro na produção de leite; na silvicultura, com a maior área cultivada com florestas plantadas; nas culturas anuais, destacam-se a maior produção de milho na safra de verão (primeira safra) e a segunda colocação na produção de feijão.

A diversidade é uma forte característica de Minas, que produz grãos e produtos pecuários e, também, apresenta posição de destaque na horticultura e na fruticultura. Esses resultados evidenciam a evolução do setor, tanto no aspecto do empreendedorismo dos produtores, como no avanço verificado na adoção

de tecnologias, com apoio incondicional do governo de Minas. O governador Antônio Anastasia tem sido, ele próprio, o principal incentivador para que sua equipe formule e implemente políticas públicas de resultados efetivos para o setor. Como exemplo, recentemente, por iniciativa do governo de Minas, foi instituído o Fecafé (Fundo Estadual do Café), que será um instrumento de apoio financeiro à cafeicultura, buscando sua modernização e competitividade frente aos novos desafios do setor.



> “... cada vez mais, os produtores e todos os elos da cadeia precisam estar aptos a se inserir num novo mercado, em que a competitividade dá o tom”

AGROANALYSIS Quais são os principais obstáculos?

EAN Os obstáculos são os naturais de qualquer atividade competitiva, complexa e monumental como é a cafeicultura em Minas Gerais, mas nós os vemos mais como instigantes desafios. No nosso estado, a cafeicultura tem importância econômica para mais de 500 municípios e para mais de 100 mil propriedades. Um grande desafio é continuar na permanente busca de melhoria da produtividade e da qualidade dos cafés, bem como fazer com que os mercados interno e externo reconheçam esses avanços já conseguidos. Em Minas Gerais, o café Arábica é plantado em 1 milhão de hectares, numa gama infindável de condições de microclimas, em altitudes que variam desde 300 até 1800 m, em diferentes faces de exposição ao sol, etc., gerando múltiplos aromas e sabores, podendo compor *blends* para atender aos gostos mais exigentes. O mundo consumidor já começa a perceber isso, e nos cabe, a cada dia, tornar esse fato mais e mais conhecido.

AGROANALYSIS Entre os programas executados pelo governo, quais merecem referências? O serviço de extensão mineiro é considerado de exceção no País?

EAN Desde a extinção do IBC (Instituto Brasileiro do Café), em 1990, o serviço de extensão rural mineiro, por intermédio da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), buscou a capacitação de seus extensionistas e assumiu seu papel na cafeicultura. Hoje, a EMATER-MG é referência entre as empresas de extensão rural do Brasil e reconhecida pelo público, como se confirma pelos inúmeros prêmios recebidos nos últimos anos.

A EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), em parceria com outras instituições, desenvolveu um grande número de pesquisas, com resultados em qualidade do café, manejo da lavoura, com lançamentos de mais de uma dezena de cultivares melhoradas, que incorporaram resistência a doenças, melhores produtividades e outras características favoráveis.

O IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), em convênio com o MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), realizou importante trabalho no controle fitossanitário de mudas de café.

Destaca-se, também, conforme citei anteriormente, o Programa Certifica Minas Café como o único programa público de certificação de propriedades cafeeiras no Brasil.

AGROANALYSIS O agronegócio de Minas Gerais pode ser entendido como em processo de globalização?

EAN Praticamente todos os produtos de países de economia aberta, como o Brasil, sujeitam-se, atualmente, a este processo. No café, por ser um produto tipicamente de exportação, com meia centena de países produtores, o conceito de globalização, já há algum tempo, tem sido praticado. Assim, cada vez mais, os produtores e todos os elos da cadeia precisam estar aptos a se inserir num novo mercado, em que a competitividade dá o tom. Para tanto, a capacitação tecnológica e a permanente busca de informações conjunturais são premissas fundamentais para permanecer e obter sucesso na atividade. ■

Macroeconomia

Tudo na mesma

Rogério Mori*

NOVOS INDICADORES acerca do desempenho da economia europeia publicados recentemente revelam que pouco ou nada mudou ao longo de 2012. O PIB da região registrou nova queda, indicando, ainda, a presença de um quadro de recessão.

Esse ambiente não seria tão complexo se as perspectivas futuras mostrassem-se mais promissoras no médio prazo. Até agora, as ações dos governos europeus limitaram-se apenas a evitar a catástrofe: o colapso do sistema financeiro europeu e global. Sob essa lógica, as medidas adotadas não visaram primordialmente reverter o quadro de recessão instaurado.

Da mesma forma, a dinâmica do resgate dos países excessivamente endividados da Zona do Euro impõe um ajuste que prevê aumentos de impostos e/ou cortes de gastos dos governos. Essa natureza de política fiscal implica um menor impulso em termos de demanda agregada e menor perspectiva de crescimento econômico nesses países. O resultado desse processo verifica-se nas taxas de desemprego elevadíssimas em vários países da Zona do Euro.

Deve-se observar que os países dessa região não dispõem de maiores instrumentos para reverter esse processo. A moeda única elimina completamente o potencial desses governos de agir, do ponto de vista da política monetária. Ao mesmo tempo, o mecanismo do câmbio como uma forma de tentar reativar a economia também foi eliminado com a adoção da moeda única.

Uma boa alternativa para esses países seria melhorar sua competitividade rapidamente, mas, na ausência de ganhos de produtividade significativos, isso só seria possível via redução de custos, o que implicaria cortes de salários e benefícios. Esta via mostra-se muito pouco factível no tenso ambiente político e social vigente atualmente na região.

Dados esses elementos, as chances da economia europeia de sair do quadro recessivo no médio prazo são escassas. As melhores chances desses países se recuperarem recaem sobre uma retomada mais robusta do crescimento econômico mundial. No entanto, este parece ser um cenário factível.

Em função desses fatores, a Europa ainda representará o elo onde se concentram os maiores riscos do ponto de vista econômico nos próximos trimestres: a possibilidade de uma ruptura na região, em 2013, não deve ser totalmente eliminada.

Para a economia brasileira, em 2013, esse não é o melhor dos mundos. O crescimento econômico do Brasil tem, recorrentemente, permanecido abaixo das expectativas ao longo deste ano. As perspectivas para o ano que vem apontam também para um crescimento baixo, o que se constitui em um quadro de baixo crescimento do produto por anos seguidos.

Até agora, o desempenho econômico pífio da nossa economia não tem refletido-se sobre o emprego: a taxa de desemprego do Brasil tem permanecido em patamares significativamente baixos ao longo dos últimos anos, e existe escassez de mão de obra em diversos setores especializados da economia.

Mesmo assim, o governo brasileiro, diferentemente dos governos europeus, tem instrumentos de política econômica a seu dispor, que podem ser utilizados para estimular a demanda agregada e evitar a recessão no País.

Sob essa perspectiva, as contas públicas brasileiras permaneceram relativamente ajustadas ao longo dos últimos anos, o que proporcionou uma significativa queda da proporção dívida pública/PIB nesse período. Esse processo abre espaço para a manutenção de uma política fiscal expansionista, que deve ser mantida no médio prazo.

Ao mesmo tempo, os juros baixos proporcionam algum estímulo para a economia brasileira. Este estímulo via demanda agregada tem sido mais lento recentemente, em função do elevado endividamento das famílias ocorrido ao longo dos últimos anos, o que torna a resposta à flexibilização da política monetária no Brasil mais lenta no curto prazo.

Vale ressaltar, também, que os juros mais baixos diminuem a atratividade de recursos externos direcionados para o Brasil. Com isso, as pressões para a apreciação do real frente ao dólar tendem a diminuir no médio prazo. Em outras palavras, na manutenção do cenário de juros baixos, a perspectiva é de que a cotação da moeda norte-americana venha a subir mais adiante, o que tende a estimular as exportações e desestimular as importações. Esse processo contribui para reativar a economia brasileira.

A síntese desses elementos sugere que a economia brasileira, diferentemente das economias em recessão da Zona do Euro, tem plenas condições de ter um desempenho melhor em 2013. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) confirmou as expectativas de crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP) das principais lavouras para este ano. A estimativa é de R$ 233,8 bilhões. De acordo com o MAPA, descontada a inflação, a elevação é 3% superior ao valor registrado no ano passado. Em 2013, o resultado deve ser ainda mais expressivo, podendo alcançar R$ 297,9 bilhões. Entre as regiões, as que apresentaram o maior valor foram Centro-Oeste (R$ 68,5 bilhões), Sudeste (R$ 66,3 bilhões) e Sul (R$ 54,1 bilhões). No entanto, em acréscimos percentuais, as três primeiras colocadas são Centro-Oeste (30% em relação a 2011), Nordeste (14,4%) e Norte (9,6%).

APROSOJA ALERTA SOBRE FERRUGEM

Foi detectado um foco de ferrugem asiática em soja guaxa no município de Alto Araguaia, região sul do Mato Grosso, e a Aprosoja já alertou os produtores do estado. Segundo o gerente institucional da entidade, Nery Ribas, o tempo seco estava ajudando no controle da doença, mas, com a intensificação das chuvas, o fungo, que estava latente nessas plantas, encontrou o ambiente necessário para se desenvolver. O alerta é para os produtores redobrarem os cuidados com a lavoura. A soja guaxa é aquela que nasce voluntariamente em beira de rodovia, canteiros de obras e até mesmo em terminais de carregamento e desembarque do grão e em perímetro urbano.

MAIS UM TESTE PARA OS TRANSGÊNICOS

Uma subcomissão para avaliar a adoção de sementes transgênicas no País deverá ser criada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sugestão do deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA). No Brasil, cinquenta e duas variedades transgênicas já foram liberadas. Nenhuma delas perdeu a autorização até hoje. Segundo o presidente do colegiado, o deputado Sarney Filho (PV-MA), desde a aprovação da Lei de Biossegurança, em 2005, o Congresso dedicou pouca atenção ao tema e é preciso que seja feita uma revisão sobre a interação desses organismos com os biomas brasileiros.

AMBIENTALISTAS QUEREM PAC FLORESTAL

Durante o 6º Simpósio Amazônia: Desenvolvimento Regional Sustentável das Regiões Norte e Nordeste, organizado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, ambientalistas e pesquisadores defenderam a adoção de ações governamentais para desenvolver a economia verde no Brasil. Eles sugerem a criação de um PAC Florestal e o aumento de impostos para propriedades rurais que produzem menos. Segundo o presidente da Comissão da Amazônia, o deputado Wilson Filho (PMDB-PB), foi enviada uma carta à presidente Dilma Rousseff com sugestões para o desenvolvimento sustentável das regiões Norte e Nordeste.

CNA INAUGURA ESCRITÓRIO NA CHINA

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) inaugurou escritório de representação em Pequim. A presidente da entidade, a senadora Kátia Abreu, liderou a comitiva da entidade, que pretende, além de consolidar o comércio já existente entre o Brasil e a China, ampliar as vendas de produtos agropecuários brasileiros para o mercado chinês, onde a demanda por comida é crescente. Outro objetivo é atrair investimentos do país asiático, em especial para logística de transporte e armazenagem. A partir do escritório de Pequim, serão prospectadas, também, oportunidades comerciais em outros mercados regionais.

O CAFÉ NAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO


SXC.HU

De acordo com Informe Estatístico do Café, publicado mensalmente pelo Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, o café representou 6,5 % de todas as exportações do agronegócio brasileiro de janeiro a outubro de 2012. O consumo brasileiro de café em 2012 é estimado em 20,4 milhões de sacas, contra 19,72 milhões de sacas em 2011.

FLORESTAS E O CRÉDITO DE CARBONO


SXC.HU

O relatório "Leveraging the Landscape: State of the Forest Carbon Markets 2012, promovido pelo Ecosystem Marketplace, indica que os valores de créditos de carbono oriundos de atividades florestais atingiram um recorde no ano de 2011, chegando à marca de US$ 237 milhões.

VERBA PARA IRRIGAÇÃO

O Governo vai destinar R$ 10 bilhões de recursos para investimentos em irrigação. O valor será usado na implementação de ações de aperfeiçoamento das políticas para ampliar a área irrigada, aumentar a produtividade e contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola. Hoje, segundo o MAPA, o Brasil tem uma área plantada de 68 milhões de hectares de grãos, frutas e fibras. Na pecuária, o espaço no campo é de 180 milhões de hectares. A execução da política de irrigação é para, justamente, tornar mais intensivo o uso dessas áreas, reduzindo a pressão por novos espaços.


SXC.HU

REIVINDICAÇÕES DO SETOR LEITEIRO


SXC.HU

Um documento com 135 reivindicações, elaborado durante a Primeira Conferência Nacional do Leite, promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, foi entregue aos ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. As propostas foram elaboradas em conjunto por três Grupos de Trabalho, que envolvem vários elos da cadeia da pecuária leiteira: um com produtores e trabalhadores rurais, outro com cooperativas e representantes da indústria e um terceiro com representantes do Governo, entidades de pesquisa e extensão rural.

NOVO LEVANTAMENTO DA SAFRA


SXC.HU

O segundo levantamento sobre a intenção de plantio de grãos realizado pela Conab indica que a safra brasileira (2012/2013) deve ficar entre 176,82 e 181,55 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 6,4% a 9,3% ou o correspondente a 10,65 milhões e 15,38 milhões de toneladas a mais do que a última safra, que chegou a 166,17 milhões. A produção de soja terá um acréscimo estimado entre 13,71 milhões e 16,61 milhões de toneladas em comparação com o período passado. Já o milho primeira safra apresentou uma elevação entre 216,6 mil e 1,52 milhão de toneladas.

FIESP REÚNE SETOR DE CARNES

Representantes das cadeias produtivas de proteína animal participaram de reunião do Deagro/Fiesp (Departamento de Agronegócios da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para analisar cada setor e as dificuldades enfrentadas neste ano devido à escassez e aos altos custos da ração. Destacaram a importância de o Governo continuar com o programa Brasil Maior, com apoio às exportações por intermédio da desoneração da folha de pagamento e da ampliação do Regime Especial de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (REINTEGRA). Discutiram, também, a nova Norma Regulamentadora para a agroindústria de abate e processamento de aves, suínos e bovinos. Outros pontos abordados foram a necessidade de expansão das exportações para mercados que ofereçam uma bilateralidade nas relações comerciais e a questão do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).


SXC.HU

"Sem agricultura forte e pecuária intensificada, é impossível manter floresta em pé."

PAULO MOUTINHO, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), referindo-se à necessidade de quebrar o dilema do crescimento econômico versus preservação ambiental, no 6º Simpósio Amazônia: Desenvolvimento Regional Sustentável das Regiões Norte e Nordeste, em Brasília



PAMELA MURAMATSU/APROSOJA

"Não espere uma grave crise para organizar seu setor. Pode ser tarde demais. O retorno para os produtores que se unem a uma associação é indiscutível."

CARLOS FÁVARO, presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso), ao discursar durante o 1º Encontro Aproleite (Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso)

"No Brasil, apenas 5% dos estoques ficam armazenados com os produtores. A maior parte fica com distribuidores e grandes varejistas. Nos países desenvolvidos, é o contrário."

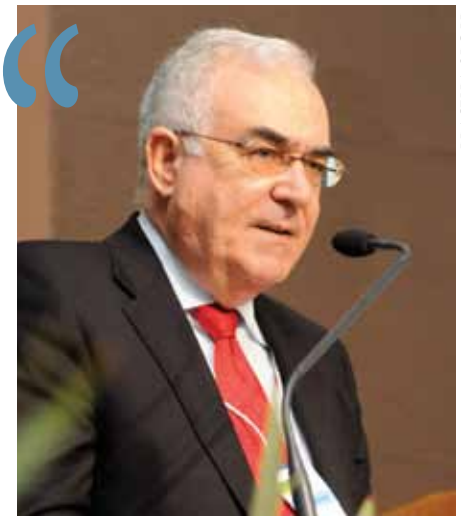
ROGÉRIO NEUWALD, assessor da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), na audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos Deputados, em Brasília

"É possível investir no social sem comprometer a economia."

EMÍLIO KLEIN, consultor da FAO, referindo-se ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, desenvolvido no Brasil pela indústria da cana em parceria com representantes dos trabalhadores e do governo federal, durante o seminário "Políticas de mercado de trabalho e pobreza rural", em Montevidéu

"Meu sonho é que cada chinês tome uma xícara de café. Se assim fosse, faltaria espaço para plantar no Brasil."

SENADORA KÁTIA ABREU, presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária), ao vice-ministro Wei Chuanzhong, durante encontro em Pequim, na sede da AQSIQ (Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena)



BRACELPA.ORG.BR

"O cultivo não é oportunista. Quem planta floresta casa com uma região."

JOSÉ LUCIANO PENIDO, presidente do Conselho da Fibria e presidente do Conselho Deliberativo da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel)

"Já que não há líderes, precisamos encontrar um projeto global de segurança alimentar e energética, com sustentabilidade."

ROBERTO RODRIGUES, no IV Fórum de Inovação, Agricultura e Alimentos, em Campinas (SP), na sede do ITAL (Instituto de Tecnologia de Alimentos)

"O uso de transgênicos é componente importante para a nova métrica da agricultura."

ELIBIO RECH FILHO, pesquisador da Embrapa

Economia em 2013

Semelhante a 2012, porém mais estável

Felippe Serigati*

GERALMENTE, DEZEMBRO é um mês farto de artigos que fazem um balanço do ano corrente e previsões para o ano seguinte. Este texto não trairá esta tradição e a mensagem é simples: para a economia mundial e para a economia brasileira, o ano de 2013 não será muito diferente de 2012, porém será mais tranquilo. O ano de 2012 foi marcado por fortes emoções, vindas principalmente da Europa, notadamente devido:

• às negociações para a rolagem das dívidas dos países periféricos (Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda) e da Itália;

• à ameaça de que a insolvência de algum destes países pudesse levar à sua saída da Zona do Euro, abrindo um precedente e causando ainda mais pânico no mercado internacional.

Além das turbulências europeias, este ano também presenciou:

• a troca de comando das autoridades chinesas, que terão o desafio de criar um mercado interno mais dinâmico e resolver o problema do excesso de capacidade instalada ociosa; e

• a reeleição do presidente Barack Obama, que ainda não deixou claro como enfrentará o chamado *fiscal cliff* – um conjunto de estímulos fiscais (corte de impostos e de políticas de transferência de renda) que, quando expirarem, irão retirar da economia norte-americana algo próximo a US$ 670 bilhões (5% do PIB), podendo levar os Estados Unidos e, consequentemente, o mundo a uma nova recessão. Este é um problema que, provavelmente, será resolvido mediante um acordo com os republicanos, o que levará à renovação de parte desses estímulos fiscais. Todavia, a questão de como lidar com o gigantesco déficit americano (US$ 16,1 trilhões) ainda permanecerá sem resposta.

Apesar dos desafios que ficaram ainda sem solução, há menos instabilidades no horizonte do ano de 2013 do que houve no roteiro de 2012. Em linhas gerais, para 2013, tem-se que a Europa irá crescer muito pouco (0,15%), resultado das políticas de austeridade ainda em execução; os Estados Unidos continuarão com uma expansão econômica tímida (2,12%), porém firme, trazendo mudanças estruturais importantes, como o novo desenho de sua matriz energética; e a China prosseguirá com seus esforços para dinamizar o seu mercado interno e reduzir a taxa de investimento, o que levará a um crescimento em torno de 7%.

E o Brasil? O crescimento da economia brasileira em 2012 será ainda menor (1,5%) que aquele observado em 2011 (2,7%), e não há fortes motivos para acreditar que 2013 fugirá deste patamar. Diversos analistas têm apontando que um crescimento de 3% será o teto para o próximo ano. Vários fatores têm contribuído para conter uma expansão mais robusta da economia nacional, tanto do lado da demanda, quanto do lado da oferta. Estes fatores estiveram presentes neste ano, e há poucas perspectivas de que haverá mudanças significativas em 2013. Vale a pena detalhá-los.

Entraves do lado da demanda

Pelo lado da demanda, as exportações brasileiras, o consumo das famílias e os gastos do Governo terão espaço muito limitado para avançar. As exportações registrarão, em 2012 e em 2013, expan-

Mudanças estruturais na matriz energética norte-americana

A mudança da matriz energética norte-americana é uma das bases do processo de recuperação da sua atividade econômica. No novo desenho dessa matriz, há uma intensa substituição:

• de petróleo importado por petróleo nacional; e

• de carvão por gás natural, principalmente canadense, como matéria-prima para produzir energia elétrica.

Os Estados Unidos, além de diminuir paulatinamente sua demanda pelo petróleo externo, também estão criando fortes incentivos para o uso de combustíveis verdes e para a adoção de tecnologias mais eficientes e, portanto, mais econômicas quanto ao uso de combustíveis de origem fóssil.

Isso significa que o mercado internacional de petróleo irá mudar. Parte cada vez maior do petróleo que hoje ainda é exportado para os EUA, aos poucos, passará a ser consumida na China, na Índia e nos próprios países do Oriente Médio – em todos os casos, devido ao crescimento econômico e ao consequente maior consumo. Além disso, o carvão norte-americano que não for consumido no mercado doméstico será exportado para a China e para os países europeus.

O fato dos norte-americanos passarem a contar cada vez menos com o petróleo árabe não significa, necessariamente, que o preço do mercado doméstico estará isolado daquele praticado no mercado internacional. O petróleo tem um mercado internacional muito bem desenvolvido, e o custo de extração do petróleo norte-americano ponderado pela sua qualidade é ainda bastante superior aos custos observados no Oriente Médio.

sões bastante modestas, devido à combinação de dois fatores:

• uma acomodação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, consequência principalmente da redução do ritmo de atividade chinês, saindo de um patamar de crescimento de 10% para algo mais modesto, em torno de 7%;

• a economia internacional desacelerou, principalmente entre os países desenvolvidos. A Europa teve um ano muito conturbado e terá um 2013 ainda bastante apertado; o Japão ainda patina; e os Estados Unidos mantêm seu crescimento lento, embora com mudanças estruturais.

Apesar desse quadro, a limitada expansão da economia internacional e a acomodação dos preços das *commodities* não conseguem explicar isoladamente o fraco desempenho da economia brasileira, pois outros países exportadores de *commodities* apresentarão ao final de 2012 desempenho bem mais favorável. Por exemplo, o Chile, que crescerá 4,9%; a Colômbia, 4,3%; a Rússia, 3,7%; a Austrália, 3,3%; e o México, 3,8%. No caso brasileiro, é importante deixar claro que os problemas que a Argentina, um dos nossos principais parceiros comerciais, têm enfrentado exercem impacto significativo sobre a nossa economia.

Não há perspectivas de que estes dois fatores vão mudar significativamente em 2013. Talvez os preços das *commodities* agrícolas fiquem ligeiramente mais altos devido à política monetária mais frouxa dos países centrais. Porém, o mundo permanecerá crescendo em um ritmo bastante moderado, e a Argentina ainda está longe de ver uma luz no fim do túnel.

Ainda pelo lado da demanda, não há perspectivas de que o consumo venha a se expandir além do que já tem acontecido em 2012. Do lado do Governo, o superávit primário já está bastante deprimido, necessitando de malabarismos contábeis para se aproximar da meta, que é um superávit de 3,1% do PIB. Tanto em 2012, quanto em 2013, espera-se que o Governo alcance um superávit primário de apenas 2,6% do PIB. Ou seja, não há espaço para a concessão de novos benefícios ou reajustes para o funcionalismo público, para aumentos das aposentadorias acima da inflação ou para maior transferência de renda via programas sociais.

De forma semelhante, dificilmente será observada expansão do consumo das famílias além daquela registrada este ano. As famílias já estão bastante endividadas e a inadimplência já está alta. Por fim, qualquer tentativa bem sucedida de expandir a demanda além do patamar em que ela já opera hoje pode forçar ainda mais a inflação, levando o Banco Central a iniciar um novo ciclo de elevação da taxa de juros ou a lançar mão de mais um pacote de medidas macroprudenciais.

Posição Brasileira na Classificação do Banco Mundial sobre Facilidade para Realizar Negócios (Ease of Doing Business)

Facilidade para:	Posição na classificação (Total de 185 países)
Realizar negócios (índice geral)	130
Abrir uma empresa	121
Conseguir permissões para construção civil	131
Conseguir eletricidade	60
Registrar uma propriedade	109
Conseguir crédito	104
Pagar os tributos	156
Transacionar com agentes externos	123
Fazer valer os contratos	116
Resolver problemas de insolvência	143
Grau de proteção dos investidores	82

Fonte: Banco Mundial

Entraves do lado da oferta

As restrições pelo lado da oferta são ainda mais rígidas do que as da demanda. Por muito tempo, parte dos analistas brasileiros defendeu que os preços macroeconômicos mal alinhados (taxa de câmbio apreciada e elevada taxa de juros) eram as principais travas para ampliar os investimentos. Em 2012, a taxa de câmbio foi acomodada em um patamar entre R$ 2,00 e R$ 2,10 e a taxa de juros chegou ao seu menor nível histórico (7,25%). Porém, a taxa de investimentos permanece em 19%, abaixo das necessidades nacionais para acomodar um crescimento superior a 3,5%.

Apesar do ajuste desses dois preços macroeconômicos, a oferta não consegue expandir-se, devido ao elevado custo e à baixa produtividade do sistema produtivo nacional, além de um ambiente de negócios ainda pouco favorável quando comparado aos padrões internacionais. As raízes destes problemas já são conhecidas por todos: limitações da infraestrutura, cujos reflexos ficam claros:

• nos congestionamentos em portos, aeroportos, nas comunicações (telefonia e internet), na instabilidade do fornecimento de energia elétrica, etc.;

• na escassez e baixa qualificação da mão de obra, levando a um aumento de custos;

• na alta e complexa carga tributária; e

• nas intervenções mal-sucedidas por parte do Governo. Por exemplo, no caso das concessões das rodovias; na renegociação dos contratos do setor elétrico; e na forma como o Governo tem influenciado a gestão da Petrobras.

Enfim, não há qualquer motivo para supor que 2013 terá um crescimento muito mais robusto que aquele observado em 2012, nem aqui, nem no mundo como um todo. Por outro lado, felizmente, não há qualquer incêndio mais urgente pré-agendado no roteiro de viagem de 2013, com exceção da questão fiscal norte-americana. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Combustíveis do ciclo Otto

É necessário planejamento do abastecimento

Plinio M. Nastari*

O MERCADO de combustíveis é genericamente classificado pela categoria de motores que os utilizam. Nos motores do ciclo Otto, a mistura ar-combustível é comprimida até o ponto ideal, e a combustão ocorre com a centelha, ou faísca, produzida pelas velas. A taxa de compressão varia dependendo do tipo de combustível. Nos motores do ciclo Diesel, a mistura ar-combustível é comprimida até o ponto ideal, e a combustão ocorre espontaneamente, sem a necessidade da centelha, pela simples compressão da mistura.

Nos motores do ciclo Otto, uma das características valorizadas nos combustíveis é sua capacidade de não entrar em ignição com a compressão da mistura. Quanto maior a capacidade do combustível em suportar a compressão sem entrar em ignição antes da centelha, melhor – a partir desta qualidade, foi desenvolvido o índice de octana, ou octanagem dos combustíveis. Nos motores do ciclo Diesel, os combustíveis são valorizados por sua capacidade de detonação espontânea, sob pressão – e desta qualidade, foi desenvolvido o índice de cetana.

Combustível do ciclo Otto é a denominação genérica para o que atualmente é comercializado amplamente como gasolina e etanol. Dentre os combustíveis disponíveis em larga escala e a preço econômico viável, estes são os mais apropriados para uso nesse tipo de motor. O índice de octanagem da gasolina, avaliado pela média simples dos métodos Pesquisa e Motor, varia entre 87 e 93 octanas, dependendo da qualidade do produto, que não é uniforme, pois ele é composto por uma mistura de várias famílias de hidrocarbonetos. A octanagem



SXC.HU

do etanol, por este ser um composto químico único, é mais precisa, e, pelo mesmo método, é de 108 octanas; portanto, indica a capacidade do etanol suportar maiores taxas de compressão sem entrar em ignição antes da centelha. A octanagem superior do etanol permitiu que, no passado, os motores do ciclo Otto adaptados para uso exclusivo de etanol pudessem contar com uma taxa de compressão maior do que a dos motores similares à gasolina e, com isso, a energia contida no etanol pudesse ser melhor aproveitada, do ponto de vista termodinâmico, do que ocorreria se a taxa de compressão fosse menor.

O carro equipado com motores dedicados a etanol é, portanto, capaz de capturar melhor rendimento do que os motores flexíveis, que têm como base o motor à gasolina e não permitem explorar a vantagem de taxas de compressão superiores. Mas a vantagem de mercado dos carros *flex* é inquestionável, pela segurança que têm oferecido aos proprietários de veículos no que tange à garantia de abastecimento e preservação do valor de mercado dos veículos. Os carros *flex* permitiram aos seus proprietários arbitrar os preços de etanol e gasolina, ao sabor das mudanças de preços relativos no mercado livre.

A consequência direta dessa possibilidade de arbitrar preços de combustíveis no ato do abastecimento é o aumento da elasticidade-preço da demanda de combustíveis do ciclo Otto no Brasil. Os combustíveis líquidos são reconhecidos, tradicionalmente, por terem baixa elasticidade-preço da demanda no curto prazo, pois neste prazo os consumidores não têm muita alternativa, ou demoram a adaptar seus hábitos de consumo, em resposta a alterações de preço. Com o crescimento da frota *flex* no Brasil, que em meados de 2012 já representa mais de 54% da frota leve total, isso tem mudado radicalmente, e o seu efeito deve intensificar-se no futuro.

A elevação da elasticidade-preço da demanda ocorre ao mesmo tempo em que o consumo de combustíveis do ciclo Otto no Brasil tem crescido a taxas muito superiores ao ritmo de expansão do PIB. Entre 2005 e 2011, o consumo de combustíveis do ciclo Otto – gasolina mais etanol anidro e hidratado, em gasolina C equivalente (gasolina C é aquela obtida pela mistura de gasolina A, pura, com etanol anidro) – cresceu de 31 para 47 bilhões de litros por ano, o que representa uma taxa de crescimento de 7,2% ao ano.

A DATAGRO Consultoria estimou que, em 2022, com o crescimento da frota *flex* em relação à frota total de veículos leves, uma alteração de 10% na preferência dos consumidores pelo uso de etanol hidratado ou gasolina poderá causar uma variação no consumo potencial de etanol hidratado de 4,4 bilhões de litros, equivalentes a 3,1 bilhões de litros de gasolina e a 7 milhões de toneladas de açúcar. Estes volumes não são irrelevantes nem para o mercado de combustíveis do ciclo Otto, nem para o mercado de açúcar. Na safra 2012/13, o Brasil deverá produzir 36 milhões de toneladas de açúcar e 22,5 bilhões de litros de etanol. O mercado mundial tem variações de excesso de oferta ou demanda geralmente de um dígito de milhão de toneladas.

A produção de açúcar e etanol depende da capacidade industrial, mas fundamentalmente da disponibilidade da matéria-prima: cana-de-açúcar. Variações de produção de matéria-prima relacionadas ao ritmo de expansão do plantio, reforma dos canaviais e também a efeitos do clima não necessariamente acompanham a direção e o ritmo de crescimento da demanda de açúcar e etanol. Para que o mercado não se torne muito volátil, o que é uma característica estrutural do mercado de açúcar, é desejável que haja um mecanismo de ajuste capaz de amenizar o efeito destes descompassos. A frota *flex* no Brasil tem cumprido esse papel, na medida em que tem demonstrado ser um verdadeiro "sumidouro" de sacarose, ou de cana-de-açúcar, absorvendo excessos de oferta quando eles ocorrem, ou reduzindo a demanda, através de variações no consumo de etanol hidratado, atenuando o impacto dessas variações nos mercados de etanol anidro (aquele que é misturado à gasolina) e de açúcar.

Para o setor sucroenergético, a existência da frota *flex* e de um mercado saudável de etanol hidratado é fundamental para a preservação de um melhor equilíbrio de mercado.

No entanto, há um outro elemento importante no equilíbrio do mercado de combustíveis do ciclo Otto, que é o mercado de gasolina. Se, de um lado, a frota *flex* pode e tem funcionado como um regulador do mercado de açúcar e etanol no Brasil – e, considerando a elevada participação do Brasil no mercado mundial, esse efeito tem ocorrido em todo o mundo –; de outro lado, variações no consumo de gasolina são absorvidas no Brasil pela Petrobras, que é responsável pelo suprimento deste produto para as distribuidoras de combustíveis. Essas acomodações dependem da capacidade de refino e da flexibilidade do perfil de refino. Existe certa flexibilidade no perfil de refino de petróleo, dependendo das refinarias e do tipo de petróleo processado, mas esta flexibilidade tem limites.

É por esse motivo que entendemos ser muito importante um planejamento indicativo bem feito do mercado de combustíveis do ciclo Otto, que oriente o planejamento individual e crie condições econômicas para a estocagem espontânea, e não mandatória, de etanol e gasolina pelos agentes de mercado envolvidos na cadeia de produção e comercialização. Este planejamento e sua revisão periódica permitiriam decisões coordenadas entre o Governo e o setor privado sobre aquilo que ainda resta de intervenção possível e considerada adequada para este mercado, como, por exemplo, aumentos ou diminuições no teor de mistura de etanol anidro na gasolina, ou alterações provisórias nas regras existentes de estocagem compulsória.

A inexistência de planejamento estará quase sempre associada a uma rigidez que provavelmente não permitirá a tomada de decisões antecipadas, mais eficientes e coordenadas entre os setores público e privado. ■

*Mestre e doutor em Economia agrícola, foi professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da EAESP-FGV e presidente da DATAGRO Consultoria

Brasil e China

Impressões do adido agrícola em Pequim

Esequiel Liuson*

OS GIGANTES da agricultura

Com 21% da população mundial e menos de 9% das terras mundiais cultiváveis, o desafio chinês, para produção agrícola e abastecimento, está sendo superado. Segundo dados publicados pelo seu Ministério da Agricultura (MOA), a produção agrícola no país teve seu auge em 2011.

Do total de 1,33 bilhões de habitantes, 520,2 milhões de pessoas estão no campo, cultivando 121,7 milhões de hectares de terras. A produção de grãos totalizou 570 milhões de toneladas, sendo arroz, milho e trigo responsáveis por 500 milhões de toneladas. As safras de vegetais e frutas totalizaram 677 e 142 milhões de toneladas, respectivamente. Em milhões de toneladas, carne, ovos, leite e produtos aquáticos registraram, respectivamente, 79,5, 27,7, 38,2 e 56,0.

Para fins de comparação, o rebanho brasileiro foi estimado em 34,3 milhões de suínos (2010); 1,2 bilhões de aves; 209 milhões de bovinos; e 20,9 milhões de ovinos e caprinos. Já a produção brasileira foi de 3,45 milhões de toneladas de carne suína (2012); 12,2 milhões de toneladas de carne de aves; 9,1 milhões de toneladas de carne bovina (2009); 1,2 milhão de toneladas de pescado (2010). A produção de grãos, em 2011, foi de 161,5 milhões de toneladas, cultivados em 64,9 milhões de hectares.

Missão em Pequim

Em junho de 2010, desembarquei em Pequim, com a missão de defender os interesses do setor agropecuário e prospectar novas oportunidades, além de encabeçar as negociações sanitárias e fitossanitárias sobre os produtos do campo brasileiro.

Observando números tão significativos, representar o Brasil e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na Embaixada do Brasil em Pequim, foi uma tarefa de grande responsabilidade. Nestes vinte e sete meses de trabalho, muito foi feito, com conquistas que marcaram o agronegócio brasileiro em Pequim.

China: Rebanho em 2010

Rebanho	Quantidade[1]	Produção[2] de Carne
Suínos	666,8	50,7
Aves[3]	11,0	16,5
Bovinos e bubalinos	47,1	6,5
Ovinos e caprinos	272,2	3,9

[1]Milhões de cabeças; [2]Bilhões de cabeças; [3]Milhões de toneladas.
Fonte: MOA

Diante do gigante asiático, enfrentei as dificuldades naturais de se lidar com um negociador milenar. Foi necessário atenção para detectar espaços para avanços; persistência para identificar e convencer interlocutores; agilidade para aproveitar janelas de oportunidades; e, principalmente, paciência oriental para consolidar e comemorar resultados.

Uma das principais dificuldades para os avanços encontrava-se no campo das negociações sanitárias e fitossanitárias. O processo de habilitação dos produtos e de empresas exportadoras é composto de diversas etapas. As exigências técnicas são específicas e detalhadas, o que, muitas vezes, dificulta o acesso dos produtos brasileiros.

Estrategicamente, para fazer avançar os temas brasileiros na disciplinada e hierarquizada burocracia chinesa, os mesmos foram conduzidos a partir de uma agenda predefinida e exaustivamente repetidos ao interlocutor chinês. Tentar incluir muitos temas, ou temas novos, tornava o diálogo improdutivo, uma vez que o lado chinês, em geral, não reage a propostas feitas de improviso ou, se o faz, na maior parte das vezes, usa expressões que levam o interlocutor a uma falsa sensação de que houve avanços.

Minutas de reuniões preparadas e negociadas antecipadamente mostram-se mais efetivas do que discussões realizadas somente durante os encontros oficiais. A negociação e conclusão prévias dos textos, para que, durante os encontros formais, os mesmos fossem apenas firmados, mostraram resultados mais sólidos.

A impressão é de que os representantes chineses não querem ou não têm autonomia para alterar instruções já recebidas. Surpresas ou temas novos durante os encontros, quando se buscam rápidas decisões do lado chinês, geraram constrangimento e poucos resultados concretos.

Resultados alcançados

Tive a felicidade de acompanhar, de 2010 a 2012, a evolução do comércio agrícola entre Brasil e China. Os resultados vieram naturalmente e diversas foram as conquistas, dentre as quais podemos enumerar:

- A abertura do acesso para a exportação de carne suína brasileira ao mercado da China. Foram habilitados os primeiros três frigoríficos, em 2011, e anunciados mais dois novos habilitados, em 2012.

- A ampliação do acesso para exportação de carne de aves. Uma missão chinesa de auditoria visitou frigoríficos brasileiros, em março de 2012, e indicou mais cinco deles para ser aprovados. O número total de estabelecimentos brasileiros exportadores passaria de vinte e cinco para trinta. Isso deverá manter o País como principal exportador de frango para a China, posição já alcançada desde 2011.

- Um maior acesso para exportação de carne bovina brasileira. No início de 2011, passamos de três para oito frigoríficos exportadores aprovados e temos a expectativa de alcançar dezessete, faltando apenas uma decisão da Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da RPC (AQSIQ).

- A conclusão do processo para exportação de tabaco oriundo dos estados da Bahia e Alagoas.

- A conclusão do processo de acesso para carne e pele de asininos.

- A confirmação do acesso dos produtos lácteos brasileiros à China.

- A manutenção dos fluxos de exportação dos principais produtos já exportados, como a soja, óleo de soja, açúcar, suco de laranja, algodão e *pet food*, dentre outros.

Próximos passos

No campo do comércio exterior agrícola entre o Brasil e a China, sempre podemos esperar novidades. A conclusão do protocolo para exportações de milho, a abertura para exportações de folha de tabaco dos estados do Paraná e Santa Catarina, a exportação de sêmen e embriões de bovinos, gado de leite vivo, gelatina, além de frutas cítricas, são conquistas que podem estar próximas. Para alguns destes setores, estão previstas, ainda para 2012, visitas de delegações de técnicos chineses ao Brasil, para dar continuidade aos processos de habilitação dos produtos, parte fundamental para o acesso ao mercado chinês.

Existe também a expectativa de ocorrer, em 2013, conforme consta no Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010-2014, duas reuniões em Pequim: a da Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena e a da Subcomissão de Agricultura. Ambas as subcomissões integram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Esses encontros das autoridades de elevado nível de ambos os países são oportunidades para alavancar os avanços no comércio bilateral dos produtos agrícolas.

A combinação para o sucesso é uma preparação técnica antecipada e detalhada, associada a um elevado nível político. Manter um fluxo regular de visitas entre autoridades de Brasília e Pequim é uma ação fundamental para acelerar os resultados desejados. Deve-se elencar as prioridades de curto, médio e longo prazo, identificar os interlocutores, delinear planos de implementação e definir uma agenda de trabalho. Com o trabalho técnico bem embasado, deve-se insistir nos temas de interesse durante os encontros técnicos e aproveitar os encontros de alto nível para firmar e concluir os processos.

Conclusão

Dois anos e meio rapidamente se passaram. Concluí minha missão de representar o MAPA e o agronegócio brasileiro com a certeza do dever cumprido e retorno com resultados concretos do empolgante trabalho pioneiro realizado na China.

Creio que as positivas relações do comércio agrícola entre o Brasil e a China só têm a crescer e ser preservadas, tendo em mente os investimentos já realizados e as oportunidades a médio e longo prazo.

Assim como os chineses, que procuram sempre apresentar os temas como *win-win situations*, em busca do benefício mútuo, podemos também buscar juntos oportunidades para os diversos setores do agronegócio brasileiro. ■



SXC.HU

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Médico veterinário e fiscal federal agropecuário do MAPA

Consecitrus

A laranja azedou!

ESTÁ EM andamento a montagem do Consecitrus, processo que pretende organizar o setor citrícola em moldes semelhantes ao que se deu com o Consecana, modelo que organizou o setor sucroalcooleiro. Neste último caso, o modelo teve bastante sucesso e dura já cerca de dez anos, tendo trazido um maior equilíbrio a produtores e industriais.

O caso do Consecitrus é bem mais complicado. A primeira conversa ocorreu ainda em 2003, sob a orientação do então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues (membro do Conselho Editorial desta publicação). Neste momento, o processo está em curso, mas as chances de sucesso são pequenas. Quais seriam as razões para isso?

Em primeiro lugar, um acordo desse tipo passa pela boa representação de compradores e vendedores. Os compradores, como sabemos, estão organizados em um oligopsônio (com três – eram quatro, até a fusão da Citrovita com a Citrosuco – compradores organizados). E os vendedores estão segmentados em algumas associações, que não conversam entre si. Ou seja, grande poder, de um lado, e grande desorganização e falta de confiança, do outro.



SXC.HU

Uma das maiores provas deste fato é que o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) já está sendo instado, por parte de algumas entidades representantes de produtores, a vetar o Consecitrus.

Em segundo plano, está a enorme mudança de base técnica ocorrida na cultura da laranja. Desde os cavalos-base dos enxertos, passando pelo espaçamento dos plantios e pelas novas doenças, tudo mudou. Desde o final dos anos 60, passando pelos anos 70 e chegando até meados da década de 1980, uma produtividade de 800 caixas/ha era considerada excelente. Hoje, este número apenas garante que o produtor empate economicamente. Produtores lucrativos têm de superar as 1.000 caixas/ha.

Além disso, um ponto muito relevante foi o aumento dos custos de produção (em função da mudança de base técnica, apontada acima). Basta lembrar que, nas décadas anteriores a 1985, o custo de produção desembolsado por caixa girava entre 1 dólar e 1,5 dólar. Um preço de 3 dólares por caixa deixava a região de Bebedouro (tida, à época, como coração do setor) em festa. Hoje, o custo desembolsado está em 10 reais, ou seja, 5 dólares, na taxa de câmbio corrente. Por mais que o real possa estar valorizado, digamos que R$ 2,30 fosse a taxa mais correta, ainda assim teríamos um custo desembolso muito mais alto: 4,30 dólares! Ou seja, os custos subiram três vezes!

A última razão para o provável insucesso do Consecitrus é a base do preço de venda da indústria. Para o Consecana, tanto no caso do álcool, quanto do açúcar, a tomada dos preços é bem menos complicada. No caso do Consecitrus, onde fazer a coleta? Seguramente não na Bolsa de Nova Iorque, em virtude da manipulação, com tão poucos vendedores. Os preços da Spot Roterdam (maior porto importador) também não são confiáveis. A solução razoável seria o preço de um mix de produtos nas gôndolas de supermercados europeus. Mesmo que a indústria concorde com essa medida (o que não acreditamos), haveria aí a discussão de margens entre atacado e varejo.

Em virtude de todos esses fatos, provavelmente o Consecitrus resultará, no máximo, em um acordo parcial. Para o setor citrícola, a tendência em curso se acentua:

- grande parte dos produtores (principalmente médios e pequenos) estão deixando a lavoura. Apenas produtores com maior capital e que consigam produtividades próximas a 1.000 caixas/ha ficarão no setor. Vale dizer que falamos desta produtividade em relação à variedade Pera e não em relação à Hamlin, que chega facilmente a este número.
- mudança geográfica da área de plantio: mesmo com a situação momentaneamente complicada da cadeia sucroalcooleira, quem puder arrendar terras para cana em São Paulo certamente o fará. A laranja ficará concentrada em áreas menos vantajosas para o arrendamento de cana. Esse deslocamento, já em curso, continua sua trajetória. Um hectare de cana arrendada rende 1.500 reais nas áreas mais nobres, sem risco e sem trabalho! Para este mesmo rendimento ser obtido com a laranja (para produtividades de 1.000 caixas/ha), o preço da caixa teria de ser de R$ 11,50, com riscos altos e trabalho exemplar. Por isso mesmo, a decisão dos produtores será sempre pela cana. ■

COLOQUE NO ALGODÃO DO BRASIL O PESO DO SELO DE QUALIDADE DA MAIOR BOLSA DA AMÉRICA LATINA

CERTIFICADO DE BM&FBOVESPA QUALIDADE



LABORATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE ALGODÃO BM&FBOVESPA. TRADIÇÃO, QUALIDADE E RECONHECIMENTO NA MESMA ETIQUETA.

Os laboratórios de Classificação de Algodão da BM&FBOVESPA têm quase 90 anos de tradição e credibilidade no mercado. Seguem rigorosamente as normas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Contam com profissionais altamente capacitados e tecnologia de última geração no controle de umidade e de temperatura e na análise de fibras, com equipamentos HVI Uster. A BM&FBOVESPA participa da definição dos padrões universais do algodão sob a liderança do USDA e é membro do Comitê para Cooperação Internacional entre as Associações de Algodão - CICCA. **BM&FBOVESPA. Coloque essa etiqueta no seu algodão.**

+11 2565 4440
+11 2565 4441
dco@bvmf.com.br

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

Especial BBM

Conheça o SINAP

COM O apoio da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA) e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), a Bolsa Brasileira de Mercadorias desenvolveu o Sistema de Informações de Negócios com Algodão em Pluma (SINAP).

O seu o objetivo é criar condições para que todos os negócios com algodão em pluma no Brasil sejam informados em um banco de dados com estatísticas confiáveis. Com isso, os agentes privados e governamentais terão melhores condições para planejar a comercialização das safras brasileiras de algodão em pluma.

Dados do formulário eletrônico

- Safra atual e futuras;
- Características dos negócios: mercado interno, exportação, *flex* ou importação;
- Contratos com preço fixo ou a fixar;
- Meses de entrega;
- Quantidades negociadas;
- Origem e destino do produto, por safra de algodão;
- Condições de entrega.

O equilíbrio entre a oferta e a demanda é fator indispensável para a sustentabilidade da produção brasileira de algodão. Quanto mais cedo os dados da comercialização antecipada da safra estiverem disponíveis, melhores serão as oportunidades para se programar no tocante à produção e à comercialização.

Vantagens

Com o SINAP, a cadeia produtiva do algodão mostra, mais uma vez, que é uma das mais modernas e organizadas do agronegócio brasileiro. A cotonicultura é o único setor que passa a contar com um instrumento moderno e eficiente para obter informações estatísticas detalhadas sobre todas as transações comerciais realizadas com algodão em pluma no País.

Registros de contratos intermediados por Corretoras Associadas

Todos os negócios com algodão em pluma realizados e intermediados por Corretoras de Mercadorias associadas são registrados na Bolsa. Para tanto, as corretoras têm acesso automático aos formulários eletrônicos do sistema para cadastrar as informações.

Os negócios realizados por Corretoras Associadas estão submetidos aos Regulamentos do Juízo Arbitral e de Negócios de Algodão em Pluma no Mercado Disponível da Bolsa. Os dados dos negócios realizados por corretores são automaticamente consolidados nas estatísticas do SINAP.

Cadastro de informações

Os negócios que não são intermediados por Corretoras Associadas também podem ser informados no sistema, exclusivamente para fins estatísticos, mas não estão submetidos aos regulamentos da Bolsa.

O usuário interessado em efetuar um cadastro de informações para fins estatísticos deverá procurar a Bolsa para se credenciar no sistema.

Para se credenciar, o interessado deverá preencher a documentação cadastral conforme modelo padrão, disponível no site da Bolsa.

Após o credenciamento, o interessado obterá a chave e senha de acesso ao formulário eletrônico do sistema para cadastrar as informações dos seus negócios com algodão em pluma. As senhas devem ser alteradas no primeiro acesso ao sistema.

As informações são confidenciais, e os usuários somente terão acesso às informações dos seus próprios negócios cadastrados.

Os negócios cadastrados no sistema, para ser ativados, precisam de "aceite" da contraparte contratante.

A partir das informações recebidas e ativadas, o sistema cria automaticamente várias combinações e tabelas contendo informações estatísticas consolidadas de todos os negócios informados.

Para cada cadastro de informações de negócio com algodão em pluma, incide uma taxa ao usuário que iniciou o registro, no percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do algodão em pluma, tendo como base o índice Esalq (8 dias) apurado no dia do registro.

Não há cobrança de taxa para "aceite". ■

Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM)

Associação civil, sem fins lucrativos, criada para ser um Centro do Agronegócio Brasileiro, para realização de transações de produtos agropecuários e de outros bens e serviços, além de títulos representativos de operações com mercadorias e serviços, tais como Cédulas de Produto Rural, entre outros.

Criada em 22 de outubro de 2002, a BBM é resultado da união das Bolsas de Mercadorias de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Uberlândia, e mais a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). O seu objetivo é instituir uma bolsa norteada em princípios de economia de mercado, notadamente quanto ao acesso igualitário dos participantes, em ambiente de livre formação de preços, assegurando competitividade e transparência em todo o processo de negociação.

Excetuando-se a BM&F, as demais bolsas de mercadorias fundadoras da Bolsa Brasileira de Mercadorias foram transformadas em Centrais Regionais de Operações (CROs), às quais permanecerão vinculadas as suas respectivas corretoras, para efeito político-administrativo. Também foi criada e instalada a Central Regional de São Paulo.

Café

Ano bom para o Conilon, nem tanto para o Arábica

Pamela Carlota Camargo Alves[1]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]
Rafael Ribeiro de Lima Filho[4]

NOS ÚLTIMOS anos, impulsionado pelos melhores preços, o cafeicultor brasileiro, mais capitalizado, investiu na renovação dos cafezais e na expansão da área plantada. O resultado disso são as produções crescentes nas últimas três safras.

Para o café Arábica, o maior volume disponibilizado no mercado devido à colheita da safra 2012/2013 e os recuos das cotações nas principais bolsas internacionais foram fatores de redução das cotações nacionais e, consequentemente, do lucro e da rentabilidade do negócio. Já o café Conilon alia a redução de custos operacionais a preços crescentes ao longo dos últimos anos, fatores estes positivos para o cafeicultor.

A colheita de café da safra 2012/2013 foi finalizada, e vale a pena destacar seus principais números:

- a produção foi recorde, com 50,4 milhões de sacas de 60 kg, segundo levantamento da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). Este volume foi 16,1% superior ao colhido na safra anterior;
- aproximadamente 75% da produção brasileira de café corresponderam à variedade Arábica, e o aumento na produção foi oriundo, principalmente, do incremento na produção desta variedade;
- a área colhida foi de 2,33 milhões de hectares, 2,6% a mais em relação à safra passada;
- os estados de Minas Gerais e São Paulo foram os principais produtores da variedade Arábica, enquanto Rondônia e Espírito Santo concentraram a maior parte da produção da variedade Conilon;
- a grande produção brasileira fez com que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estimasse que a produção mundial de café em 2012/2013 será de 148 milhões de sacas, aumento de 10 milhões de sacas em relação à safra anterior, contando-se também com ajuda da produção vietnamita.

Resultado econômico do café

	Arábica em São Sebastião do Paraíso-MG		Conilon em Pinheiros-ES	
	2011/12	2012/13	2011/12	2012/13
Custos operacionais[1] (R$/ha)	8.282,71	8.103,73	10.180,12	9.778,58
Produtividade[1] (sacas/ha)	23	23	55	55
Preço[2] (R$/saca)	*480,48	**384,81	*256,07	**279,82
Receita (R$/ha)	11.051,04	8.850,63	14.083,85	15.390,10
Lucro (R$/ha)	2.768,33	746,90	3.903,73	5.601,52
Preço da terra[3] (R$/ha)	24.800	24.800	20.000	20.000
Rentabilidade sobre a terra (%)	11,10%	3,00%	19,50%	28,00%

[1] Conab; [2] Cepea/Esalq; [3] Scot Consultoria
*Preço 2011/2012 = média entre julho de 2011 e fevereiro de 2012
**Preço 2012/2013 = média entre julho e novembro de 2012

Os ventos são desfavoráveis para a variedade Arábica, pois:

• o preço médio da saca de 60 kg da variedade, ao longo de 2010, foi de R$ 311,02, segundo o Cepea/Esalq, enquanto que, em 2011, foi de R$ 494,68. Em 2012, a cotação média está em R$ 395,46, desvalorização de 20% em relação ao ano passado, em que o preço foi recorde;

• O preço vigente no fechamento desta edição era de R$ 346,60/saca, a menor cotação desde outubro de 2010. A desvalorização desde julho, início da colheita, está em 7,9%.

Todavia, o cenário para o café Conilon é oposto. Em 2012, o produtor recebeu, em média, R$ 270,23 pela saca, 15,6% a mais em relação a 2011.

Para a análise da rentabilidade obtida pelo produtor nas safras 2011/2012 e 2012/2013, foram consideradas as produções de café Arábica em São Sebastião do Paraíso-MG, e de Conilon em Pinheiros-ES, um dos principais municípios produtores de café do Brasil.

As produtividades não foram alteradas na comparação entre as safras, mantendo-se em 23 e 55 sacas/ha para o Arábica e para o Conilon, respectivamente.

No entanto, em relação à safra anterior, o custo operacional pesou menos no bolso do produtor de café, segundo a Conab. Em 2012/13, o custo por hectare para produção do café Arábica deve ser de R$ 8.103,73, enquanto o custo do Conilon será de R$ 9.778,58.

Se, por um lado, a queda no custo operacional ajudou o produtor, no caso do café Arábica, a desvalorização maior da saca (queda de R$ 480,48 para R$ 384,81, ou seja, 19,9%) em relação à redução do custo, considerando a mesma produtividade por hectare, resultou em uma forte redução do lucro: de R$ 2.768,33, na safra 2011/2012, para R$ 746,90, na safra atual, ou seja, queda de 73%. Consequentemente, a rentabilidade caiu 8,1%, mas ainda ficou positiva.

Já para o café Conilon, contribuíram positivamente para o resultado a redução no custo operacional e a valorização de 9,3% no preço da saca, a qual passou de R$ 256,07 para R$ 279,82. Até o momento, na safra atual, diferente do que aconteceu com o produtor do Arábica, o lucro aumentou 43,5%. A rentabilidade chegou a 28%.

A próxima safra será de bianualidade negativa, o que deve significar uma redução da produção e, consequentemente, maior pressão nas cotações. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria (pa@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)
4 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)



SXC.HU

Filosofia Kaizen

Aplicação no complexo agrícola brasileiro

Cleber Lima Guarany*

OS JAPONESES foram os primeiros a entender que as organizações precisam evoluir para afastar o fantasma da obsolescência. A prática do Kaizen – palavra de origem japonesa que significa "mudança para melhor" – é parte do cotidiano empresarial no Japão.

Em meados da década de 1950, foi criado, no Japão, o conceito de melhoria contínua, que visava satisfazer a necessidade de aumento de produtividade e melhoria da qualidade dos produtos japoneses.

Desde então, a filosofia Kaizen espalhou-se nas organizações pelo mundo, consolidando a necessidade de otimização dos sistemas de produção, através de processos de melhoria contínua.

O objetivo desse processo é fazer sempre o melhor, ou seja: hoje faço melhor do que ontem e amanhã farei melhor do que hoje.

O envolvimento de todos os trabalhadores, da presidência aos operários, é crucial para o sucesso da implantação do programa. O ponto focal é o estímulo à insatisfação, que, bem estruturada, pode ser utilizada como a base para um programa Kaizen.

No setor agrícola, o conceito de melhoria contínua é incipiente: ainda observamos muito desperdício em toda a cadeia do complexo agroindustrial, dentro e fora da porteira. A filosofia Kaizen, devidamente adaptada para a realidade agrícola brasileira, pode oferecer uma importante ajuda para melhorar nossa produtividade e qualidade como um todo.

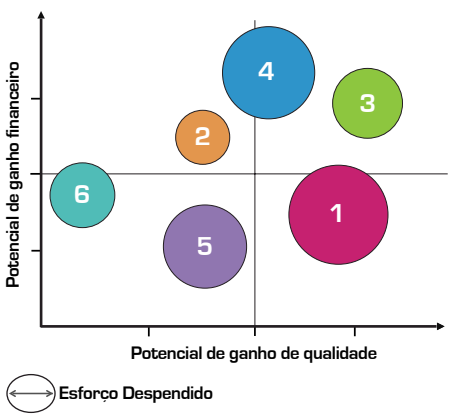
Analisando os desafios que o agronegócio brasileiro enfrentará nos próximos anos, é fácil entender que precisaremos aumentar nossa competitividade em todas as fases da cadeia de valor, para enfrentar não somente os nossos atuais competidores, mas também as novas fronteiras agrícolas que estão surgindo no horizonte, com mão de obra e insumos mais baratos.

Buscar mais eficiência nos procedimentos e processos da gestão agropecuária não precisa ser, *a priori*, um caminho complexo. Pelo contrário, dadas as características do setor, quanto mais simples for o modelo para implantar novas soluções de melhoria, melhor.

Evidentemente, ser simples não é uma tarefa fácil nos tempos atuais, onde tudo conspira para parecer complicado, mas devemos ter em conta que não necessitamos de ferramentas complexas de gerenciamento para iniciar um processo de melhoria contínua. O principal, como já foi dito anteriormente, é o envolvimento de toda a organização.

As soluções de melhoria vêm dos próprios empregados, de quem está vivenciando os desafios do dia a dia. Um caminho para se iniciar um programa de melhoria contínua é começar identificando os principais processos e diagnosticar cada um deles, classificando-os por prioridade de trabalho, conforme sugestão do gráfico 1, que mostra a importância de entender aqueles processos que trarão maior benefício em termos de ganhos de economia e qualidade.

Classificação dos processos



No caso do exemplo acima, dentro dos seis processos apresentados, o mais indicado para ser melhorado será aquele que trouxer melhor razão custo/benefício com o menor esforço dispendido.

Os ganhos financeiros e de qualidade deverão ser cuidadosamente computados, de modo a mensurar todo o resultado efetivo em relação ao esforço alocado.

Um exemplo de processo que pode ser parte de um esforço de melhoria contínua é o manejo de pragas e doenças, que, bem sistematizado, trará ganhos substanciais para o produtor. Um monitoramento com base de dados georreferenciada dos talhões pode não somente evitar perdas de produtividade, como também reduzir o uso de agroquímicos.

Agregar valor ao empreendimento através da introdução de novos processos também é tarefa para melhoria contínua. Temos observado, por exemplo, a inclusão, por parte de alguns produtores, do sistema de confinamento de gado de corte, utilizando os resíduos agrícolas como parte da dieta da alimentação do rebanho. Com esse procedimento, é possível obter um ganho de peso rápido do animal, de até 2 kg por dia, e garantir receitas extras para o complexo agrícola como um todo.

Apesar de a agricultura brasileira ser uma das mais competitivas do mundo, será imprescindível adotarmos os conceitos de melhoria contínua para nos mantermos nessa posição, dentro e fora da propriedade agrícola.

Esperamos ver essa evolução nos próximos anos. ■

*Coordenador de Projetos da FGV Projetos



SXC.HU

Cadeia da cafeicultura busca produtividade e qualidade

Retrospectiva de um ano positivo

Silas Brasileiro*



Há pouco mais de um ano, tive a honra de assumir a presidência executiva do Conselho Nacional do Café (CNC), a convite consensual de nossos conselheiros diretores. O objetivo era unir esforços com todos os elos da cadeia produtiva, entidades parceiras e governos federal e estaduais. O desafio estava em estruturarmos uma cafeicultura sustentável em seu tripé econômico, ambiental e social.

Como é prazeroso fazermos a retrospectiva desse tempo e notarmos as conquistas que alcançamos! O primeiro destaque coube à retomada das reuniões do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) e de seus comitês diretores, que, há praticamente três anos, não se reuniam para traçar os caminhos da cafeicultura nacional. Houve a estipulação de uma agenda positiva para o agronegócio e, principalmente, a unificação das propostas de políticas estratégicas do setor para o governo federal.

Também tivemos a imensa satisfação em ver os esforços do governo brasileiro, em parceria com a iniciativa privada, reconhecidos por todos os países membros da Organização Internacional do Café (OIC), ainda no final de 2011, em Londres, na Inglaterra. Apresentamos argumentos convincentes, de modo que as demais candidaturas foram retiradas e o brasileiro Robério Silva foi aclamado novo diretor executivo da entidade máxima da cafeicultura mundial. A ideia era destacar o papel da OIC na busca por um mercado global economicamente sustentável, a fim de ajudar a combater a pobreza no mundo.

Além disso, na rodada de reuniões de setembro deste ano, o Brasil, em mais uma ação bem sucedida do governo federal,

em conjunto com o estado de Minas Gerais e toda a cadeia produtiva do café, obteve o direito de sediar as celebrações do cinquentenário e as reuniões da OIC, em 2013, na capital mineira Belo Horizonte.

Nesse pacote de conquistas conjuntas, também está a aprovação da Medida Provisória 545. Unimos esforços, em especial com as áreas de exportação e da indústria. Dessa maneira, junto ao trabalho de nossos representantes no Congresso Nacional, conseguimos uma nova tributação, que veio corrigir sobremaneira as distorções até então existentes na incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na cadeia produtiva do café.

O reflexo dessa união ficou evidenciado com a assinatura de uma carta conjunta, na qual a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), o Conselho Nacional do Café e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura tornaram público o seu posicionamento em relação a questionamentos de que a aprovação da MP 545 elevaria os preços do café ao consumidor final. Na oportunidade, destacamos:

"Os preços do café torrado e moído para os consumidores não sofrerão aumento em decorrência da Medida Provisória (...). A prova de que a aprovação da MP 545 não influenciará os preços do café no varejo está no fato desta medida estar em vigor (...) e nenhuma indústria ter corrigido seus preços em função da nova tributação".

Afloramos a intenção de unir esforços em prol da cafeicultura brasileira ao desenvolvermos o plano diretor do CNC, que contou com o apoio da Comissão Nacional do Café da CNA e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Assim, tornamos públicos objetivos e intenções para que todos possam trabalhar conosco cientes de nossos anseios. E, exatamente ao encontro disso, houve a consolidação do plano plurianual, estruturado pelo Governo com base nas demandas e sugestões encaminhadas pela iniciativa privada, como o nosso plano diretor.

A partir desse documento conjunto, passou-se a pensar a cafeicultura brasileira de forma planejada, por intermédio de iniciativas e trabalhos estruturados. Sempre vislumbramos o futuro da atividade com sustentabilidade social, ambiental e econômica, criando postos de trabalho, preservando o meio ambiente e, em especial, gerando renda para todos os atores, principalmente para o produtor, o elo mais fraco dessa corrente.

Já a partir do pensado inicialmente no plano plurianual e como reflexo da retomada das reuniões do CDPC, obtivemos um dos maiores volumes de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), voltado à linha de estocagem: R$ 1,5 bilhão. Essa dotação veio do entendimento sobre a necessidade de se proporcionar um melhor ordenamento das vendas de uma safra cheia, como a 2011/12, de 50,48 milhões de sacas de 60 quilos. É o maior volume da história, mas que servirá apenas para honrar os compromissos com o consumo interno e as exportações, não gerando excedentes.



SXC.HU

Deve-se destacar, ainda, o retorno do CNC às reuniões da OIC, da Associação 4C e, também, o ingresso como membro da Frente Parlamentar da Agropecuária. Sem dúvida, a participação nesses colegiados deixou-nos mais próximos de todo assunto que envolva café no Brasil e no mundo; melhor do que isso, ainda, deixou-nos com o direito de nos posicionar sobre o que pensamos ser o melhor para a cadeia, em especial para o cafeicultor.

Não obstante, a aproximação aos governos estaduais é uma realidade de sucesso. Esse estreitamento de contato com Minas Gerais possibilitou a criação do Fundo Estadual do Café, o Fecafé. O seu objetivo é dar suporte financeiro a planos, programas, projetos e ações relacionados à cadeia produtiva mineira, com as funções programáticas de financiamento e de garantia em operações de crédito ou em instrumentos de cooperação financeira. A finalidade é dar respaldo aos programas e projetos de desenvolvimento sustentável do setor. Eis uma grande conquista!

Cientes que somos da transferência da informação a produtores e cooperativas, passamos a distribuir o balanço semanal do CNC, no qual apontamos os trabalhos realizados e passamos orientações referentes ao mercado. O conteúdo é preparado por meio de nossas assessorias de comunicação e técnica junto à presidência executiva. Essa foi uma medida mais do que acertada, haja vista a repercussão alcançada e o poder de penetração que o Conselho Nacional do Café adquiriu nas mídias impressa, televisiva, online e também nas redes sociais.

Além disso, dinamizamos a navegação em nosso site – http://www.cncafe.com.br –, tornando-o mais atrativo e, também, temos destacado nossos principais trabalhos através de *releases* à imprensa, os quais estreitam nosso relacionamento com os profissionais do Jornalismo e permitem que alcancemos um leque ainda maior de divulgação, fazendo com que nossas informações cheguem ao maior número de produtores possível. E, nesse contexto, realizamos este caderno especial destinado ao café em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), na ***Revista Agroanalysis***, para o qual os convido à leitura, para que entendam um pouco mais sobre nossos objetivos e trabalhos e confiram análises de especialistas sobre mercado, custos de produção e todo o contexto atual da cafeicultura brasileira e mundial.

*Presidente executivo do Conselho Nacional do Café

Plano de desenvolvimento para 2012/2015

O documento tem como foco a cafeicultura de pequeno porte, que, diante dos níveis baixos de produtividade atuais, possui maior possibilidade de evolução da produção, a custos menores. A inovação foi introduzir a previsibilidade para a produção plurianual da cultura. Assim, com diretrizes claras de política, o setor poderá planejar suas atividades com elevado grau de assertividade e aumentar a renda na produção de café.

Os macro-objetivos traçados visam elevar a produção de forma a garantir a manutenção da participação brasileira no mercado mundial do café em 35%, além do aumento gradativo do consumo no mercado interno.

A meta é aumentar a produção nacional média por hectare do parque cafeeiro, sem acréscimo da área de cultivo, atualmente em 2,1 milhões de hectares, das atuais 21,1 sacas para 27,7 sacas por hectare.

Os investimentos serão para a introdução de tecnologias como a irrigação e fertirrigação, com uso de cultivares mais produtivas, adensamento das árvores, mecanização da lavoura, especialmente a de montanha, entre outros.

A ênfase consiste em desenvolver forte processo de capacitação de técnicos e agricultores, com vistas à consistente melhoria da qualidade de produtos e de processos. A prioridade é a certificação das propriedades, com o fortalecimento da gestão e comercialização mais eficaz, para acrescentar renda ao cafeicultor.

A promoção do café brasileiro terá como plataforma os eventos de alcance mundial, como a comemoração dos cinquenta anos da Organização Internacional do Café (OIC) no próximo ano, a se realizar no estado de Minas Gerais. Existem, ainda, as realizações da Copa das Confederações, em 2013, da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. Voltadas para a melhoria da imagem do café brasileiro, as ações de marketing estarão baseadas nos conceitos estruturantes de diversidade, origem, qualidade e sustentabilidade, que irão consolidar a estratégia brasileira até o ano de 2015, mas já com foco em 2020.

A utilização mais eficiente de linhas de financiamento com recursos do Funcafé, estabelecidas em R$ 2,1 bilhões pelo Conselho Monetário Nacional para 2012, constitui um sólido alicerce. São recursos para custeio, estocagem, capital de giro para as indústrias de café solúvel e de torrefação, para a recuperação de cafezais, além dos créditos para composição de dívidas e despesas, com aquisição de contratos de opções e de operações em mercados futuros referenciados em café e administrados por bolsas de mercadorias e de futuros.

Horizonte de negócio

De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC), a previsão de consumo mundial do grão deverá alcançar entre 156,7 e 172,8 milhões de sacas de 60 quilos, em 2020. Até lá, o potencial de consumo poderá igualar-se ou mesmo superar a produção, com expectativa de manutenção dos preços em patamares elevados.

A cafeicultura possui como característica a bianualidade da colheita. Isso causa volatilidade nas cotações e dificuldade para estabelecer ações de médio e longo prazo, em especial para os cafeicultores de pequeno porte, responsáveis por cerca de 83,4% dos 287 mil estabelecimentos produtores no País e por cerca de 48,1% do volume da produção nacional, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a produção dispersada por quinze estados brasileiros, embora concentrada em seis deles, o café é responsável por expressivas exportações nos últimos anos: a receita de US$ 8,7 bilhões, em 2011, representou 9,2% das exportações do agronegócio brasileiro, que deverão repetir-se neste ano.

Brasil: Estabelecimentos com mais de cinquenta pés de café Arábica e Robusta (2011)

Hectares	Nº de estabelecimentos		Área plantada (ha)		Produção (mil sacas)		Produtividade
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	(sc/ha)
0 a 10	220.554	76,9	845.966	37,1	15.284	35,1	18,1
10 a 20	18.306	6,4	310.735	13,6	5.647	13,0	18,2
20 a 50	9.813	3,4	363.358	16,0	7.508	17,3	20,7
50 a 100	2.781	1,0	232.034	10,2	5.235	12,0	22,6
> 100	1.656	0,6	396.617	17,4	9.811	22,6	24,7
Sem declaração	33.733	11,8	129.392	5,7	0	0,0	-
Total	**286.843**	**100,0**	**2.278.103**	**100,0**	**43.484**	**100,0**	**-**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. In: Censo Agropecuário 2006
Área plantada e produção final estimada pela Conab em 2011

A ótica de custos de produção

Ricardo Lima de Andrade*

A cafeicultura nacional é uma importante atividade econômica, conduzida em propriedades de vários tamanhos, em especial nas de pequeno porte. É uma das principais culturas empregadoras e fixadoras do homem no campo, com impacto ambiental relativamente baixo.

O planejamento da propriedade cafeeira, mesmo de base familiar, além da adoção das melhores práticas agrícolas, passa pelo acesso à assistência técnica, crédito e informações mercadológicas. É preciso administrar as diferentes formas de aquisição de insumos e a comercialização da safra, com controles e análises dos custos de produção, de modo a avaliar a competitividade integral da exploração.

Os custos econômicos consideram as despesas de produção (desembolsos), a remuneração do capital investido (custo "não caixa") e a oportunidade de aplicar os recursos em outras atividades. É um acompanhamento indispensável, porque o preço das *commodities* é definido pela oferta e demanda. Para o produtor, resta a opção de ajustá-los para garantir resultados econômicos viáveis.

No Brasil, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acompanha em diversas regiões produtoras, desde 2003, os custos de produção do café, o que serve como importante referencial para:

- Executar-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- Acompanhar-se a rentabilidade da lavoura;
- Analisar-se os pleitos dos produtores e suas organizações;
- Apoiar-se a formulação de políticas agrícolas.

A rentabilidade do café Arábica, nos últimos dez anos, a tomar por base as várias regiões produtoras de café dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia, merece uma análise mais acurada. Para tanto, foram calculados os custos totais de produção, obtidos a partir das produtividades médias dos sistemas de produção, que variaram de 23 a 30 sacas beneficiadas por hectare, como reflexos das diversas tecnologias e práticas agrícolas.

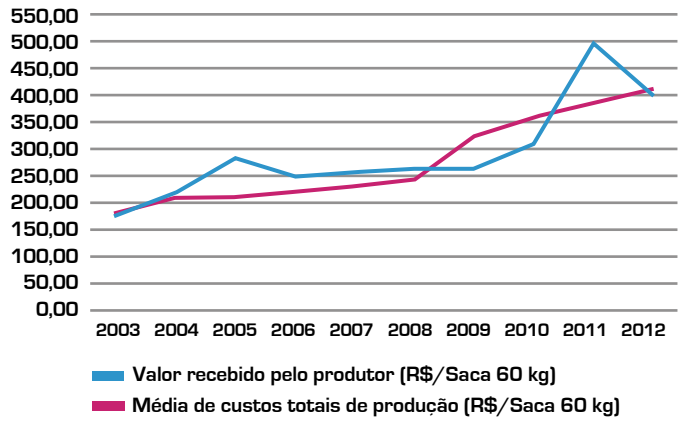
Com diversidade de sistemas de produção a refletir as múltiplas tecnologias empregadas, mediante adoções díspares da mecanização e graus diferentes de organização da classe produtora, a cafeicultura, de modo geral, reagiu de diferentes formas ao longo da primeira década deste século.

Para viabilizar a rentabilidade de parte da cafeicultura, em detrimento da sua grande maioria, ocorreram alguns fatores, como a busca por maior produtividade e qualidade, o acesso às informações mercadológicas e a implantação gradativa da mecanização das operações, em especial da colheita.

Após 2010, a recuperação consistente dos preços do café permitiu ampla melhoria da rentabilidade. Além disso, houve boa disponibilidade e capilaridade de recursos. Isso contribuiu para o fortalecimento do sistema produtivo. A preocupação voltou-se para os cafeicultores sem as mesmas oportunidades de mecanização, em especial aqueles da montanha, representantes de grande parcela da cafeicultura nacional.

De qualquer forma, melhores preços recebidos significam maior uso de tecnologia e aumento do parque cafeeiro. O significado disso, no futuro, pode traduzir-se em mais produção, com um quadro de custos de difícil arrefecimento. Daí a necessidade de desenvolvimento contínuo das pesquisas e melhor organização setorial, para a formulação e aplicação de políticas públicas inteligentes, que confiram renda ao cafeicultor, questão básica para uma atividade ser sustentável.

Evolução dos custos de produção e dos preços do café no Brasil



Fonte: Custo de Produção – Conab
Preços do café – Cepea - Esalq/USP - Café Arábica Tipo 6 - Bebida Dura para Melhor

Análise dos custos de produção de café
Início dos anos 2000
• Custos totais de produção superiores aos preços recebidos, o que representou um dos períodos difíceis da cafeicultura.
De 2004 a 2008
• Política cambial em constante apreciação; já a rentabilidade em recuperação, porém com resultados relativamente pequenos.
2008 a 2010
• Significativo aumento dos custos, em especial da mão de obra nos tratos culturais e na colheita, que é intensiva durante três a quatro meses bem definidos do ano.
• Continuidade do câmbio apreciado e menor competitividade internacional dos cafés brasileiros, com menor preço recebido pelos produtores a nível interno.

*Diretor da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec), de Franca-SP

Mercado cafeeiro e suas perspectivas

Marcus Magalhães*

Este ano deverá entrar para os anais da cafeicultura brasileira como o exercício em que a realidade produtiva chocou-se, brutalmente, com a especulação, sem precedentes. Tivemos de administrar problemas específicos e as consequências da crise global no setor.

Foram suposições de toda ordem e sabor. Desde uma possível queda do consumo global a problemas com liquidações de compras realizadas no exterior. O ambiente de estresse foi notório durante os 365 dias do ano. A cada notícia construtiva no quadro fundamental, outra negativa era colocada nas mesas de operação ao redor do mundo.

Vamos por partes

Como parte do lado produtivo, começamos com a entrada de safra atípica no Brasil, estoque baixo (*carry over*) e cenário climático adverso no cinturão produtivo, em plena boca de colheita. É sempre bom lembrar a ligação íntima da qualidade da produção com o fator climático. Assim, os primeiros lotes de café colhidos ficaram muito depreciados em função do excesso de chuva e umidade em grande parte da região produtora. Esse foi, sem dúvida, o primeiro solavanco do ano.

Em seguida, tivemos a renda apurada nas lavouras, e ela estava longe do ideal projetado pelo setor produtivo. De certa forma, isso representou um "fantasma", que assombrou o grande mundo consumidor. Ficou evidente a real possibilidade de acontecer uma safra aquém do esperado, tanto em qualidade, quanto em volume.

À medida que o tempo corria, essa realidade frustrante tomou corpo crescente no imenso interior produtivo e respingou no comportamento da Bolsa de Nova York. Como resultado, tivemos cotações surpreendentes, próximas a 200,00 cts/lb, em plena safra cafeeira do Brasil.

Na verdade, os patamares elevados alcançados em Nova York conseguiram testar níveis interessantes. Isso era reflexo direto da realidade do ano safra. Especulações das mais extremas e variadas invadiram os terminais internacionais e pesadas realizações de lucros ficaram notórias.



SXC.HU

Informações volumosas iam desde a possibilidade de grande safra no Brasil no próximo ano safra até o agravamento da crise internacional. Tudo servia de desculpa para batidas e blefes.

Falar em grande safra produtiva naquele momento parecia ser muito prematuro e sem sentido. A própria bianualidade do cafezal não possibilita prever essa situação. Além disso, a cada ano, o fator climático fica mais imprevisível e impede a segurança produtiva para qualquer ativo agrícola comercializado.

Em resumo, esse tsunami presenciado em Nova York para o café, em final de outubro e início de novembro, foi totalmente descabido e sem precedentes, se olharmos para o quadro fundamental.

Não podemos esquecer as mudanças em curso no mundo. Os erros cometidos no passado, muitos deles grosseiros, serão difíceis de ser novamente repetidos. As falhas que referimos começam, em primeiro plano, pela falsa ideia dos operadores internacionais de que o produtor brasileiro é desinformado e descapitalizado. Ao contrário, hoje, o setor cafeeiro no Brasil é um dos mais sólidos e informados do mundo.

O mundo mudou

Como sobram e estão disponíveis recursos a custos extremamente baixos no sistema financeiro, o setor do café conta com grossa gordura financeira, que é suficiente para uma longa hibernação à espera de preços melhores.

Agora, do ponto de vista retrospectivo, o pior erro estratégico que cometemos no passado recente foi a transferência dos estoques nacionais para portos consumidores. Isso aconteceu por volta de 2002/2003, quando tivemos um câmbio no Brasil que chegou a testar os R$ 3,00. Naquela época, vendemos o dólar e entregamos o café de cortesia. E, muito pior, demos munição aos importadores para assumir sozinhos o poder de decisão de onde, quando e a que preço iriam comprar o café brasileiro. O Brasil está pagando, até os dias atuais, essa falta de visão.

Temos a concepção de que, quando se tiver na origem produtora o poder da decisão de venda aliado a um bom suporte financeiro dado aos produtores, o setor conseguirá, de vez, confirmar a máxima que diz que café não se vende, mas, sim, é comprado.

A partir desse princípio, acreditamos que essa é a nova realidade do setor café no Brasil, maior origem produtora do mundo. Temos a convicção de que, independentemente do triste cenário presenciado em Nova York para o café, teremos, sim, tempos vindouros de boas remunerações e progresso no país sempre chamado de celeiro do mundo, o Brasil.

*Diretor da Maros Corretora

Simplificar o regime de tributação

Breno Mesquita*



A competitividade das cadeias produtivas do agronegócio sofre o impacto direto do sistema de tributação. Em caso de países com elevada carga tributária, essa competitividade é diminuída, desde que existam mecanismos adequados de compensação, como a não incidência, isenção ou suspensão dos tributos.

No Brasil, até 2011, a cadeia produtiva do café atuou sob um regime tributário distorcido. E, então, na busca de uma suavização das distorções entre os setores, algumas alterações foram estabelecidas a partir de 2012.

No mercado cafeeiro, as cooperativas de café compram e processam aproximadamente 33% da oferta do produto. Os exportadores adquirem 35% da oferta de café e os 32% restantes são produzidos e vendidos diretamente à indústria por produtores independentes.

A legislação do PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) concedia tratamento não uniforme aos diferentes agentes da cadeia. Com isso, os produtores independentes – pessoas físicas e maquinistas/cerealistas – sofriam concorrência desleal frente às cooperativas e os exportadores, quando da venda de seu café para a indústria de torrefação e moagem.

A indústria de torrefação, ao comprar do produtor rural – pessoa física ou maquinista/cerealista –, creditava apenas 35% do PIS/COFINS incidente sobre a alíquota de 9,25%. Além disso, os produtores tinham a utilização do crédito presumido limitada às operações de mercado interno.

Caso a compra fosse realizada por meio das cooperativas ou exportadoras, a indústria creditava 100% do PIS/COFINS da mesma alíquota de 9,25%. Essa situação gera desinteresse pela compra direta do produtor rural e uma preferência pelas aquisições via as cooperativas e as exportadoras.

Como a competitividade de alguns agentes atuantes no mercado era prejudicada pela diferenciação adotada, incentivava-se a criação de empresas dos elos que mais se beneficiavam do sistema tributário implantado.

A concorrência de mercado também era afetada, pois surgiam novas empresas exportadoras, motivadas pelo direito ao crédito tributário com liquidez garantida nas operações com o mercado interno: o segmento conseguia vender o café a um valor mais competitivo.

Outra lacuna do antigo modelo era que algumas cooperativas não realizavam o processo industrial e utilizavam integralmente o crédito. Além de estimular o surgimento de "empresas-laranja", observava-se a exclusão das pequenas empresas.

Assim, não faltavam motivos para reformular o sistema tributário incidente sobre a cadeia produtiva do café no maior país produtor e exportador do mundo.

*Presidente da Comissão Nacional do Café da CNA

Novo modelo de tributação

Em 26 de março de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.599, de 23 de março de 2012, que, entre outras medidas, alterou a incidência da contribuição para o PIS/COFINS na cadeia, com a suspensão da cobrança dos impostos sobre a venda do café verde.

O novo sistema favorece a concorrência e estabelece créditos presumidos, tanto para a exportação e a cooperativa, quanto para a indústria torrefadora. O recolhimento do PIS/COFINS passa a recair sobre a indústria de torrado ou moído, que terá direito a um crédito presumido equivalente a 80% do valor da compra.

Um dos grandes benefícios da mudança do regime de tributação constitui o retorno da comercialização direta entre produtor rural/pessoa física e indústria. Como a isonomia tributária é igual à das cooperativas e exportadoras, o produtor ou maquinista pode transferir para a indústria 100% do credito do PIS/COFINS.

Dessa maneira, será possível apurar crédito presumido da contribuição para o PIS/COFINS no percentual conjunto de 0,925% sobre as receitas de exportação de café cru, adquirido com suspensão das contribuições. No caso da torrefação, o percentual do crédito presumido das contribuições, calculado sobre as aquisições de café cru, é aumentado de 3,2375% para 7,40%. O percentual é o mesmo, não importando se a aquisição é realizada por pessoa física ou por pessoa jurídica.

A tributação passa a focar o tipo de produto e não mais a natureza da empresa produtora ou comercializadora de café. Além disso, o crédito presumido pode ser aproveitado no próprio mês ou nos meses subsequentes.

Com a simplificação do regime de tributação, abre-se oportunidade para a indústria buscar diferenciação por qualidade, mediante a identificação, valorização e comercialização direta com o produtor, em uma relação sinérgica.

A simplificação do processo de cobrança dos impostos, a diminuição da sonegação e o aumento da arrecadação federal, sem acréscimo na carga tributária, trazem competitividade para a cafeicultura brasileira.

Brasil, o país da sustentabilidade do café!

Edilson Alcantara*



Expertas ou não em café, muitas pessoas, por tempos, sabiam e propagavam que o Brasil focava sua produção em quantidade e não em qualidade. Verdade seja dita, isso ocorreu, no passado. Contudo, especialmente nas últimas duas décadas, diversas medidas foram adotadas para que esse cenário tomasse novo rumo.

A iniciativa privada assumiu uma postura que mudou, creio que definitivamente, os caminhos da cafeicultura brasileira, com a busca pela excelência do produto final e as sustentabilidades ambiental, social e econômica passando a ser objetivos – e objetivos muito bem cumpridos, por sinal!

Ocorre que, ainda assim, a imagem do nosso café permanecia vinculada à quantidade, no exterior, com sua excepcional qualidade caminhando à margem das negociações. Razões? Não cabe aqui o mérito, mas o fato é que nunca se pensou em um trabalho conjunto de promoção dessa paixão nacional. E é aí que chegamos a "Brasil, País do Café"!

Visando unificar as estratégias individuais bem implementadas pelo setor privado e aliar-nos aos anseios do governo federal, pela primeira vez na história, traçamos objetivos comuns para a promoção dos cafés do Brasil. Refiro-me à supracitada campanha "Brasil, País do Café", que foi costurada consensualmente por todos os elos da cadeia produtiva e pretende agregar valor ao produto, especialmente com os olhos voltados para os eventos esportivos que ocorrerão em solo brasileiro, como a Copa, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

Esta campanha se sustentará sobre quatro pilares: origem, diversidade, qualidade e sustentabilidade. Por meio dessa estrutura, pretendemos "vender" o Brasil como o país do café – assim como já feito com a caipirinha –, expondo ao mundo que produzimos todos os tipos e variedades que o mercado necessita e clama, especialmente em função de nossas condições naturais favoráveis ao cultivo, como clima e geografia, e, também, à infraestrutura disponível para o processamento do produto.

Ou seja, mostraremos a todos que o Brasil possui diversas regiões produtoras de café, cada qual com suas peculiaridades, e que os tipos e, em especial, a qualidade da produção são os nossos diferenciais. Com a campanha "Brasil, País do Café", vamos reforçar nossa imagem nessa linha, com ênfase particular nas variedades destinadas aos cafés especiais, afinal somos o principal provedor de cafés diferenciados do mundo.

Para a consolidação dessas ideias, trabalharemos com agências de publicidade para, nesse primeiro momento, apresentar as produções de qualidade e sustentabilidade do café brasileiro durante os próximos eventos mundiais que acontecerão aqui. Certamente, essa iniciativa nos fortalecerá e nos consolidará como um fiel fornecedor de quantidade, sim, mas, principalmente, de qualidade, justificando-se um posicionamento de longo prazo para todo o café do Brasil.

*Diretor do Departamento do Café do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Certificação da produção

A estratégia de certificações fortalece a sustentabilidade. Atualmente, o Brasil é o país que mais possui propriedades certificadas no mundo e segue como exemplo, como aconteceu na última reunião da OIC, quando apresentamos os modelos de produção integrada do café e da certificação adotada pelo governo de Minas Gerais com o Certifica Minas.

Para buscar a sustentabilidade, temos que apostar, ainda, em modelos que protejam a renda do produtor, para que ele não fique sempre sujeito às variações dos preços no mercado. Todos os agentes, exportadores, cooperativas e produtores, têm que participar para fortalecer a formação de preços no Brasil. Atualmente, todo o sistema, inclusive os bancos, não está preparado para a mitigação dos riscos. Não podemos deixar que um setor – aliás, um dos mais importantes na história do Brasil – ainda esteja sujeito a especulações externas.

Na última reunião da OIC, em Belo Horizonte, o Brasil, particularmente o estado de Minas Gerais, foi escolhido por aclamação para sediar as comemorações do cinquentenário da organização. Mais de setenta países virão ao Brasil, e teremos a oportunidade de mostrar o quanto somos um povo receptivo e alegre, mas o mais importante: temos que demonstrar que temos um setor coeso e forte, pensando no nosso amanhã.

Campeão do agronegócio

Flávia Bessa*

O Brasil é responsável por cerca de um terço da produção mundial de café. Com posição mantida há 150 anos, o País é, de longe, o maior produtor. Além de campeão mundial na exportação do produto, ocupa a segunda posição entre os países consumidores da bebida. Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), o consumo *per capita*, em quilos por habitante, entre 2001 e 2012, saltou de 4,9 para 6,4. Esse aumento é atribuído à melhoria na qualidade do café destinado ao mercado nacional, bem como ao aumento do poder aquisitivo da população.

Essa sucessão de vitórias é resultado da ação de um time coordenado, formado por quase 300 mil propriedades de café, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sintonia com o Consórcio Pesquisa Café, criado há quinze anos por iniciativa de dez instituições ligadas à pesquisa e ao café:

- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);
- Instituto Agronômico (IAC);
- Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR);
- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio);
- Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O programa de pesquisa é coordenado pela Embrapa Café – unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao MAPA. As pesquisas realizadas contam com o apoio e o financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), do MAPA.

Inovação é o lema - Com cinquenta instituições, o modelo de gestão do Consórcio Pesquisa Café incentiva a interação entre as instituições e a união de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais. Cerca de mil projetos permitiram a geração de conhecimentos básicos, produtos, processos e tecnologias. Essa expertise dobrou a produção de café no País, sem aumento da área cultivada.

Novas cultivares - As pesquisas de melhoramento genético propiciaram o desenvolvimento de trinta e seis cultivares resistentes às principais pragas e doenças, com alta produtividade, melhoria na qualidade dos frutos e incremento na produção. No IAC, foram geradas sete; na EPAMIG, em parceria com a UFV, oito; no Incaper, três; no IAPAR, treze; na Embrapa Café e no Procafé, quatro; na Embrapa Rondônia, uma cultivar.

Sequenciamento do genoma café - Realizado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e outras instituições, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), resultou na construção de um banco de dados com mais de 200 mil sequências de DNA. Isso permitiu a identificação de mais de 30 mil genes, responsáveis pelos diversos mecanismos fisiológicos de crescimento e desenvolvimento do cafeeiro.

O conhecimento e utilização do código genético torna possível o desenvolvimento de cultivares mais produtivas e com melhor bebida, tolerantes a variações climáticas e resistentes ao ataque de pragas e doenças. Os resultados são o aumento da produtividade, a redução do custo e a proteção ambiental. As bebidas ganham qualidade em aroma, sabor e propriedades nutracêuticas, propiciando mais satisfação e saúde para o consumidor.

Uma das tecnologias decorrentes do genoma café são os sistemas para expressão dirigida de genes em raízes e em tecidos foliares. São dois promotores obtidos de plantas de café que permitem direcionar e controlar a expressão de genes a eles associados: o Promotor CaIsoR, que atua nas folhas, e o Promotor Caperox, que age nas raízes em resposta a um estímulo externo, oferecendo total controle do tipo de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) produzido. Esse trabalho foi desenvolvido em parceria com o IAC e a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) identificaram um gene do café Arábica que, quando transferido para outra planta – *Arabidopsis thaliana* –, torna esta altamente tolerante à seca. O gene, agora, está sendo testado em outras plantas de interesse agronômico, como soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, arroz e algodão.

Biofábricas - Desenvolvida pela Embrapa Café, em parceria com a Fundação Procafé Técnica, a técnica permite a multiplicação de plantas híbridas *in vitro*, com a redução de trinta para dez anos do tempo de desenvolvimento de novas cultivares. A produção rápida e em larga escala de mudas clonadas de alto valor agregado confere mais competitividade para o café brasileiro. O projeto inclui avaliação da viabilidade econômica da tecnologia, medindo-se os custos de produção industrial em todo o processo de produção.

Estresse hídrico – Desenvolvido pela Embrapa Cerrados, submete as plantas a uma suspensão da irrigação por um período de setenta e dois dias, com uniformização de florescimento e maturação. Apesar de não onerar o produtor, a prática melhora a qualidade do fruto e reduz os custos de água e energia, em média de 33%, gerando economia no processo de colheita. O processo tecnológico permite a obtenção de 85% ou mais de frutos cerejas no momento da colheita, de modo a maximizar a produção de cafés especiais. Além disso, garante uma redução de 20% para 10% de grãos mal formados e de 40% na operação de máquinas.

Sistema de Limpeza de Águas Residuárias (SLAR) - Desenvolvido pela EPAMIG, Incaper e Embrapa Café, remove os resíduos sólidos da água provenientes do processamento de frutos. Esse sistema é constituído por caixas de decantação interligadas e peneiras estáticas. Após a remoção dos resíduos sólidos, a água é conduzida para a caixa de abastecimento para reutilização no processamento ou direcionada à fertirrigação da cultura. Os resíduos sólidos retirados poderão ser utilizados na produção de adubos orgânicos. Entre as vantagens do sistema, estão a economia de 90% do consumo de água e o baixo custo para instalação e manutenção.

Geotecnologias – Estudadas pela EPAMIG e Embrapa Café, subsidiam o planejamento da atividade, tendo em vista a competitividade e a sustentabilidade da produção. O sensoriamento remoto e os sistemas de informação geográfica

auxiliam na caracterização ambiental dos agroecossistemas, fornecem análise integrada das informações e ajudam a entender as relações entre os sistemas de produção e o ambiente. Pela análise espacial, é possível delimitar territórios e identificar os fatores influenciadores na qualidade do café, o que é imprescindível para a obtenção de Indicações Geográficas (IGs).

Poda do Conilon - Desenvolvida pelo Incaper, favorece a longevidade do cafezal e aumenta a produtividade. Adotada pelos produtores do Espírito Santo, a tecnologia chegou a Rondônia e Minas Gerais. A poda consiste na eliminação das hastes verticais e dos ramos horizontais improdutivos, para que nasçam outros mais vigorosos. Nesse processo, os ramos estiolados e o excesso de brotações também são eliminados. Entre os benefícios, estão a redução média de 32% de mão de obra; a padronização do manejo da poda; uma maior facilidade para realização da desbrota e dos tratos culturais; uma maior uniformidade das floradas e da maturação dos frutos; uma melhoria no manejo de pragas e doenças; um aumento superior a 20% na produtividade média da lavoura; uma maior estabilidade de produção por ciclo; e uma melhor qualidade final do produto.

Tecnologias pós-colheita – Desenvolvidas com a liderança da UFV, são alternativas para a agricultura familiar produzir a custos compatíveis com um café de qualidade superior, com economia de tempo, com redução de custos e maior rendimento operacional e com mão de obra empregada. São compostas por um terreiro-secador híbrido, abanadora, silo secador e lavador portátil.

Alerta Geada – Disponibilizado pelo IAPAR para proteção das lavouras novas, de seis meses a dois anos, ele traz benefícios aos cafeicultores desde 1995. Quando há previsão de geada, um alerta é disparado para os produtores cadastrados no projeto e, também, na mídia. Com a previsão da geada, os produtores são orientados a fazer o chamado "enterro" das plantas, que devem ficar cobertas por, no máximo, vinte dias, protegidas contra as geadas de nível moderado a forte. O sistema dispara o aviso no começo de todo inverno com o primeiro resfriamento, para outra técnica: a "chegada de terra", que consiste em amontoar a terra na base das plantas para protegê-las do frio. Com isso, evitou-se dispor de cerca de R$ 21 milhões em prejuízos aos produtores de café no Paraná.

Café adensado - Essa contribuição do IAPAR possibilitou a retomada da produção ao Paraná, aniquilada na grande geada de 1975. O adensamento de plantio já é utilizado em 70% da área cafeeira paranaense. A proposta é o cultivo de pequenas lavouras (a maioria dos cafeicultores paranaenses é de produtores familiares) e consiste em reduzir o espaçamento entre as ruas (de 4 m para até 1,5 m) e entre as plantas (de 1,5 m para até 0,5 m).

Mesmo com essas e muitas outras tecnologias disponíveis, a importância do agronegócio café para o Brasil implica permanente pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica. O trabalho do Consórcio Pesquisa Café mostra-se imprescindível para manter as diretrizes da pesquisa cafeeira no País e para a integração de diversos atores na busca constante pelo melhoramento da qualidade, sustentabilidade e competitividade do café brasileiro no mercado nacional e internacional.

Maiores informações

Gerência de Transferência de Tecnologia da Embrapa Café. http://www.embrapa.br/cafe

*Jornalista da Embrapa Café

Especulação *versus* fundamento

Nas últimas temporadas, o ambiente de tensão nas bolsas internacionais dá força aos movimentos especulativos. A movimentação brusca e a volatilidade das cotações provocadas pelas tomadas de decisão repentinas dos fundos geram insegurança constante. O café é um exemplo emblemático desse nevosismo, pois, embora o seu cenário mostre uma solidez forte do ponto de vista dos fatores que lhe dão fundamento, a inquietação persiste.

Existe uma pressão natural nos patamares de preços do produto, pelo seu maior custo de produção em decorrência das exigências do consumidor em termos de sustentabilidade e qualidade. A dinâmica e a movimentação dos *players* sofreram transformações estruturais profundas. Os tradicionais diferenciais de venda entre a cafeicultura brasileira e a Bolsa de Nova York ficaram mais estreitos. Agora, como os compradores irão comportar-se ou reagir perante essa nova situação é outra particularidade.

Certamente, a conjuntura econômica oficialmente em recessão nos vinte e sete países da União Europeia, e não apenas nos dezessete da Zona do Euro, dramatiza a situação. Já o Japão não consegue reanimar a sua economia, que voltou a cair. Por sua vez, embora menores do que os impactos causados pelo furacão Katrina em 2005, os Estados Unidos contabilizam os estragos causados pela passagem do furacão Sandy, que ocorreu na região responsável por 20% do Produto Interno Bruto nacional.

Esse contexto externo age a favor dos interesses pela derrubada das cotações do café, mesmo diante dos números divulgados recentemente pela Organização Internacional do Café (OIC), que continuam a apontar estoques criticamente baixos e

Mundo: Estimativa da safra 2011/12 de café	
Mês	Milhões de sacas
Dezembro/2011	127,4
Janeiro/2012	132.4
Fevereiro/2012	130,9
Março/2012	128,5
Abril/2012	131,0
Maio/2012	131,4
Junho/2012	131,9
Julho/2012	131,4
Agosto/2012	131,4
Setembro/2012	132,7
Outubro/2012	134,4

Fonte: OIC.
Ano safra: outubro a setembro

equilíbrio precário entre produção e consumo mundial. É um balanço mais equilibrado em relação ao ano passado, quando os preços bateram níveis históricos e superaram a barreira de US$ 3 a libra-peso na Bolsa de Nova York. Mas, ao longo deste ano, as previsões da OIC para a safra 2011/12 pouco oscilaram para justificar instabilidade no mercado.



SXC.HU

Segundo a OIC, a safra mundial 2011/12 foi de 134,3 milhões de sacas para um consumo recorde de 139 milhões de sacas, 1,4% superior a 2010. Para o período 2012/2013, a entidade projeta para a safra mundial um volume inusitado, em torno de 146 a 148 milhões de sacas. Estes números, ainda preliminares, foram puxados principalmente pela atual safra brasileira, de bianualidade positiva. Com muitos países produtores ainda em período de colheita, caso se confirme esse cenário, haverá pequeno excedente, o necessário para compensar o decréscimo da produção mundial em 2013/14, diante da safra de ciclo baixo no Brasil.

Estratégia na comercialização

Não há razões para pânico na comercialização da safra 2012/13. A qualidade da comercialização brasileira melhora a cada temporada, com mais informações e frieza. Evidentemente, cada negócio demanda análise e posição firme. As operações fluem e uma queda nos embarques não assombra. Com equilíbrio na oferta e demanda, não há razões para uma corrida desenfreada de venda da produção. O agricultor desfaz-se de suas mercadorias conforme a necessidade de caixa. O Governo e as lideranças do setor devem precaver-se quanto ao vencimento nos créditos para os próximos meses, com facilidades de acesso a recursos para estocagem. Esse é o teste.

Mesmo com menor remuneração em relação à temporada passada, os produtores brasileiros olham com carinho o estado das plantações. Com as informações à disposição, eles podem aguardar a chegada da próxima safra, diante da expectativa de existirem baixos estoques de passagem. A recomendação é manter as inversões nos cafezais, para ganhar mais produtividade e qualidade, de modo a mitigar o impacto de custos de produção e na mão de obra.

Organização Internacional do Café

Em 2013, Belo Horizonte, em Minas Gerais, sediará o maior evento internacional da cafeicultura. A escolha foi por unanimidade, na 109ª reunião da Organização Internacional do Café (OIC), de setembro, em Londres. É a primeira vez que o Brasil será a sede de uma reunião da entidade, que completará cinquenta anos em 2013.

Criada em 1963, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), a OIC é o principal fórum intergovernamental sobre questões do café, sendo integrada por setenta países-membros, dos quais trinta e oito são exportadores e trinta e dois, importadores. Juntos, em termos globais, respondem por 97% da produção e 80% do consumo do grão.

A OIC promove a melhoria da qualidade, fomenta a expansão do consumo e coordena projetos de desenvolvimento que agregam e aprimoram a comercialização. Além disso, assegura a transparência do mercado, com a disponibilidade de informações objetivas e abrangentes sobre o setor, por meio de dados estatísticos e estudos de mercado.

Acordo global de 2011

Em setembo, o Diário Oficial da União publicou o Acordo Internacional de Café, firmado em fevereiro de 2011, que regula a cooperação internacional de questões relativas ao café e terá vigência por dez anos, podendo ser prorrogado por mais oito. Fazem parte do seu objetivo:

• Elaboração e financiamento de projetos de desenvolvimento, com estabelecimento de um fórum consultivo;

• Acesso a informações sobre gestão financeira e de risco;

• Transparência aos números compilados pela OIC;

• Comitê de promoção e desenvolvimento de mercado, para campanhas de informação, pesquisa, capacitação e estudos relacionados à produção e ao consumo;

• Comitê de projetos responsável pela análise das ações de pesquisa a ser discutidas no âmbito da OIC.

O Acordo de 2007 é o sétimo desde 1962, assinado pelos setenta e sete países-membros do Conselho Internacional do Café, incluindo Vietnã e Colômbia, importantes produtores mundiais de café.

O diferencial da certificação

De acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), nos últimos dez anos, a quantidade de fazendas cafeeiras certificadas saltou de cerca de 400 para mais de 35 mil. Praticamente em torno de 10% das 350 mil propriedades produtoras da rubiácea contam com alguma forma de certificação ou integram programas de sustentabilidade.

Nas cadeias produtivas do agronegócio, o avanço da certificação e a rastreabilidade constituem um processo generalizado e uma tendência crescente, frente à necessidade de se gerar produtos de boa qualidade.

Especialistas estimam aproximadamente 2.250 propriedades cafeeiras com certificação UTZ, Rainforest e Certifica Minas. Cerca 4.500 fazendas participam de programas de sustentabilidade, sem a exigência de selo da organização auditora. 6 mil famílias são beneficiadas pelo Fair Trade e 13 mil fazendas são reconhecidas pela plataforma 4C. Quase 16 mil propriedades possuem outro processo de certificação, além de 4 Indicações Geográficas, que delimitam microrregiões com clima e fatores característicos e referenciados internacionalmente: Cerrado Mineiro, Serra da Mantiqueira, Alta Mogiana (região paulista de Franca) e Norte Pioneiro (no Paraná).

Os preços pagos por produtos certificados ganham, em média, prêmio de 20% a 30%. A certificação contempla três requisitos básicos: o econômico, o ecológico e o bem-estar da sociedade. As diversas formas de certificação, que representam o pilar da sustentabilidade da lavoura, levam em conta as boas práticas de produção do ponto de vista da gestão técnica e econômica.

Bebidas especiais

De 2008 a 2011, a quantidade de sacas de café consumida no Brasil passou de 17 milhões para 20 milhões, enquando as de especial ou *gourmet* foram de 500 mil para 1 milhão. Mesmo com o aumento na demanda interna, a qualidade do produto é o desafio, com exigência de grãos maduros para ser torrificados e, no máximo, 12 defeitos para cada 300 gramas. A *commodity* suporta grãos maduros, verdes e passados. De acordo com pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o quilo do especial varia de R$ 30,00 a R$ 180,00, enquanto o popular (consumido por 80% dos brasileiros) custa R$ 13,00 em média.

Com participação de um sexto da produção mundial, ganha espaço no mercado internacional o café especial brasileiro. De 2008 a 2011, os embarques passaram de R$3,5 milhões para R$5 milhões. Segundo a Associação Brasileira de Cafés Especiais, o efeito dos produtos de maior qualidade e valor agregado aparece na melhoria da imagem no mercado externo e a sustentação do preço da *commodity*, com o emprego de grãos nacionais para cumprir contratos futuros. ■



SXC.HU

ORGANOMINERAL
É O FUTURO DA FERTILIZAÇÃO?

MUITO PROVÁVEL. MAS ENQUANTO ISSO, JÁ PODEMOS IR FALANDO DE

PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE.

Não uma produtividade qualquer. Uma produtividade real. Porque o agricultor precisa de resultados expressivos, já nas safras atuais. Precisa de frutos e grãos fortes, bonitos, plantas resistentes e solo saudável. **Por isso estamos falando de Farture**, um organomineral com qualidade, pesquisa, conceito e resultado (testes em diversas regiões e culturas apontam **ganhos médios de 16,5% na produtividade**). A presença de matéria orgânica permite que o solo retenha mais umidade, tenha mais estabilidade e maior atividade biológica. Assim, estamos falando de sustentabilidade. De produzir mais e melhor nas mesmas áreas de cultivo. De aproveitamento maximizado dos nutrientes, com pouquíssima perda. E estamos falando de cuidado com a terra. Algo que, sem dúvida, está no coração do agricultor.

Farture. *Quando tecnologia, produtividade e sustentabilidade se encontram num único grão.*

www.agrariafert.com.br | 16 3690-2200

FARTURE
FERTILIZANTE DE ALTA PERFORMANCE

Agrária
FERTILIZANTES
A MARCA DA TERRA.



Avaliação da safra canavieira 2012/13

A CANAPLAN realizou em Ribeirão Preto, no Centro da Cana do Instituo Agronômico de Campinas, reunião de avaliação da safra canavieira 2012/13 em andamento e teceu comentários sobre a safra 2013/14 a ocorrer.

Como base de contextualização e referência para o desenvolvimento das análises e discussões, Caio Carvalho e Julio Campanhão apresentaram a lógica e as características marcantes para a reavaliação da safra 2012/13.

Nas duas últimas safras na região Centro-Sul, de 2011/12 e 2012/13, houve um aumento sensível nos custos de produção da cana-de-açúcar, decorrente de aumentos nos preços de insumos e mão de obra e acompanhado de uma baixa na produtividade.

O resultado foi uma perda de competitividade do etanol. Além disso, o governo federal, para manter congelado o preço da gasolina, reduziu a zero a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que representava perto de um quarto do preço da gasolina, em 2003. O açúcar sustenta margens favoráveis e o reajuste do câmbio em relação ao dólar ajuda as exportações.

Diante desse quadro, os resultados apurados nos balanços não ajudaram a mudar o grau de endividamento do setor. Os investimentos estão baixos, com exceção das renovações dos canaviais.

O foco da preocupação levou à discussão o processo de recuperação da lavoura canavieira no Centro-Sul brasileiro após o "vale" vivido desde a safra 2010/11. O cenário não é bem claro em relação às restrições de recursos, pressões de custos, rigor ambiental e indefinições nas políticas públicas.

Chuvas no final do primeiro semestre

Quando se compara os números projetados em abril último com a situação presente, observa-se que o grande agente de mudança foram as volumosas chuvas ocorridas no final do primeiro semestre. A umidade deu vigor à vegetação e melhorou a produtividade agrícola da planta. Mas, por outro lado, houve importante queda na qualidade das canas, de modo que, na projeção do final da safra, os produtos finais obtidos estejam próximos daquele produzido na safra 2011/12.

Dentre os aspectos que chamaram a atenção, aparece a enorme variação da produtividade dentro de cada região produto-

Produção na região Centro-Sul			
Item	**Unidade**	**Safra 2011/12**	**Safra 2012/13**
Cana moída	Milhões de toneladas	510	493
ATR	Quilos por tonelada	134	137,5
Mix de açúcar	%	48,8	48,3
ATR	Milhões de toneladas	68,34	67,84
Açúcar	Milhões de toneladas	31,8 a 32,0	31,3
Etanol	Bilhões de litros	20,6 a 20,8	20,54

Fonte: CANAPLAN

Brasil: Evolução da produtividade agrícola e industrial da cana-de-açúcar					
Ano	**Área agrícola**		**Área industrial**		**Dias de safra**
	Toneladas	**Cortes**	**Açúcar (1)**	**Etanol (2)**	
1975	65	3	90	60	165
2005	90	6	120	89	220
% de ganhos	38,5	100	33,3	48,3	33,3

Fonte: APTA/SAA/ESP

ra. Isso impacta os custos e gera enorme distribuição de dados entre as Usinas de Amostra CANAPLAN, que abrangem aproximadamente a metade da produção do Centro-Sul.

O importante é a percepção do fato de as safras 2011/12 e 2012/13 situarem-se no pior quadrante de produção de açúcar por hectare, quando se toma como referência as últimas nove safras.

Com a expectativa de a moagem totalizar 510 milhões de toneladas de cana, a conclusão relevante é de uma produção praticamente estável, apesar de se ter moído um adicional de 20 milhões de toneladas de cana, ou seja, com custos bem mais elevados.

O debate com profissionais de importantes grupos do setor sucroenergético (Alto Alegre, Delta Sucroenergia, Guarani, Jalles Machado, Raízen, São Martinho e Condomínio Agrícola Santa Izabel) trouxe visões interessantes. Existe um grande consenso de uma safra mais onerosa, com a ampliação da renovação dos canaviais.

Com relação à safra 2013/14, as perspectivas são de melhoria da produtividade, caso se tenha um verão normal e clima normal durante o período. Deverá ficar em pé um porcentual pequeno do canavial (cana bis) para a colheita em 2013/14. Apesar de variarem, as taxas de expansão da lavoura, na média, poderão convergir para 2,5%.

Brasil: Evolução da Produtividade de cana-de-açúcar			
Cortes	**Toneladas por hectare**		
	1975	**2005**	**2015**
1	100,0	120,0	130,0
2	65,0	100,0	112,0
3	45,0	88,0	90,0
4		76,0	83,0
5		65,0	76,0
Média de 3 cortes	70,0	102,7	110,7
Média de 5 cortes		90,0	98,2

Fonte: APTA/SAA/ESP

Entre as questões sobre produtividade, Marcos Landell, diretor do Centro de P&D de Cana do IAC/Ribeirão Preto, destacou a evolução da produtividade agrícola e do rendimento industrial da cana-de-açúcar em trinta anos. No tocante à mecanização da lavoura, com aumento da cana crua e redução da queimada, citou os impactos modernos na colheita (disseminação de doenças, efeito pisoteio e o arranquio de touceiras reduzem a população das plantas *stand*) e no plantio (excesso de mudas, falhas na plantação e viveiros com mistura).

O assunto foi avaliado também por profissionais do Itaú BBA, ED&F Man, BASF e John Deere. Existem dúvidas quanto à expansão de oferta no curto prazo, por causa do endividamento elevado e o canavial ainda apresentar falhas e idade avançada. Do ponto de vista do mercado, a visão está turva quanto à correção dos preços da gasolina e do açúcar no mercado internacional. A sanidade do canavial é fonte de preocupação, face ao elevado grau de intensidade de infestação de pragas e à presença de doenças. Na mecanização agrícola, o comentário focou-se no aspecto da melhoria das operações e a falta de variedades mais aptas ao processo produtivo.

O evento foi encerrado com a questão da inovação em plantio de solo. Bernardo Ide trouxe o conceito da necessidade das melhorias; Paulo Roberto Artioli mostrou as experiências realizadas com o sistema de muda prebrotada IAC (MPB); Alex Antoniosi explicou o novo equipamento de preparo profundo do solo – PSPC 1101; e, a seguir, os participantes tiveram a oportunidade de realizar uma visita ao campo e verificar o processo *in loco*, na própria Estação Experimental do IAC.

O encontro inicia uma série de outras realizações estratégicas para mostrar as fases de produção e as tecnologias de recuperação de produtividade, que ocorrerão nas reuniões de abril e outubro de cada ano da CANAPLAN. ■



Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO 2012

Breve Descrição das Perspectivas

Os preços baixaram relativamente aos valores máximos que atingiram recentemente, mas a inflação dos preços dos gêneros alimentícios continua a suscitar preocupações nos países em desenvolvimento

Os relatórios recentes das Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO têm incidido especificamente sobre os elevados preços dos produtos agrícolas de base, bem como sobre a sua volatilidade, sublinhando que os preços diminuiriam à medida que os mercados vão respondendo, mas que iriam manter-se num patamar mais elevado devido à continuação de uma forte procura e ao aumento dos custos de alguns fatores de produção. Conforme previsto, os preços já começaram a diminuir, mantendo-se contudo a níveis relativamente elevados. A inflação dos preços dos gêneros alimentícios registou uma descida significativa relativamente aos valores máximos observados em 2008, e o seu contributo para a inflação global diminuiu. No entanto, a inflação dos preços dos gêneros alimentícios continua a registar valores elevados em muitos países em desenvolvimento e continua a ser superior à inflação global na maioria dos países analisados.

As melhorias ao nível da produtividade são cruciais para enfrentar o aumento da procura

A volatilidade dos preços continua a constituir motivo de preocupação, sendo que a variabilidade do rendimento das colheitas, associada às condições climáticas, continua a constituir a principal ameaça enquanto os estoques se mantiverem reduzidos. No seguimento de uma retoma na produção das colheitas, registaram-se algumas melhorias ao nível dos estoques, e os mercados parecem registar menos turbulência em 2012. A principal questão que afeta a agricultura mundial está em saber como aumentar a produtividade de uma forma mais sustentável para enfrentar o aumento da procura nos produtos alimentares, nas rações para animais, nos combustíveis e nas fibras.

Patamar de preços mais elevados deverá manter-se

Prevê-se que os preços nominais dos produtos de base referidos nestas Perspectivas continuem a registar uma tendência de subida ao longo dos próximos dez anos. Os preços em termos reais (ajustados à inflação) manter-se-ão inalterados ou diminuirão relativamente aos níveis atuais, prevendo-se contudo que se situem em média 10% a 30% acima dos preços registados na última década.

O aumento dos preços da energia constitui um pressuposto subjacente crucial

A agricultura global está, cada vez mais, associada aos mercados da energia. As projeções relativas aos preços do petróleo incluídas nos pressupostos macroeconômicos estão, em média, USD 25 acima das relativas ao ano passado (que se cifravam entre

os USD 110 e os USD 140 por barril durante o período a que as Perspectivas dizem respeito). Estes preços mais elevados do petróleo constituem um fator fundamental nas projeções de preços mais elevados para os produtos agrícolas de base, afetando não somente os custos de produção relacionados ao petróleo, mas também aumentando a procura ao nível dos biocombustíveis e matérias-primas agrícolas utilizados na sua produção.

Condicionalismos ao nível dos recursos e custos elevados limitam o crescimento da produção, apesar da tendência de subida dos preços

Apesar de preços fortes, está previsto um crescimento mais lento da produção. Nas últimas décadas, o aumento da produção agrícola global tem-se cifrado acima dos 2% ao ano, prevendo-se contudo que venha a abrandar para 1,7% ao ano na próxima década. Prevê-se que o agravamento dos condicionalismos ao nível dos recursos, as pressões ambientais e o aumento dos custos relativos a alguns fatores de produção venham inibir a resposta por parte da oferta praticamente em todas as regiões. Nesse contexto, as presentes Perspectivas sugerem que seja dada mais atenção ao aumento do crescimento sustentável da produtividade agrícola.

Os países em desenvolvimento continuam a dominar a evolução dos mercados

Com base no maior potencial de que dispõem para aumentar a área dedicada à agricultura e melhorar a produtividade, os países em desenvolvimento constituirão a maior fonte de produção global até 2021. Estima-se que o crescimento da produção anual nos países em desenvolvimento ronde, em média, os 1,9% ao ano, em comparação com 1,2% nos países desenvolvidos. Prevê-se que a população mundial aumente em 680 milhões até 2021, registando-se as taxas de crescimento mais rápido na África e na Índia. O aumento dos rendimentos e o desenvolvimento urbano vão provocar alterações nos hábitos alimentares que direcionarão o consumo para um maior número de alimentos transformados, gorduras e proteína animal. Essa circunstância será propícia a carnes e laticínios de maior valor e impulsionará a procura indireta por cereais secundários e oleaginosas destinadas às rações para animais.

As economias emergentes vão assegurar uma cota crescente do comércio mundial de produtos agrícolas que está em expansão

As economias emergentes vão assegurar uma cota crescente do comércio mundial de produtos agrícolas que se encontra em fase de expansão. Destacam-se aqui países como o Brasil, a Indonésia, a Tailândia, a Federação Russa e a Ucrânia, que fizeram investimentos significativos para incrementar a capacidade de produção agrícola. Até 2021, os países em desenvolvimento representarão a maior parte das exportações de arroz, oleaginosas, óleo vegetal e de palma, alimentos proteicos, açúcar, carne bovina, carne de aves, peixe e produtos à base de peixe.

Destaques ao nível dos produtos de base

A produção de biocombustíveis e as trocas comerciais deverão aumentar

Prevê-se que a produção global de bioetanol e biodiesel aumente para quase o dobro até 2021, devendo este aumento concentrar-se de forma significativa no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia. O biocombustível tem na sua composição essencialmente matérias-primas agrícolas, prevendo-se que venha a consumir uma percentagem crescente da produção mundial de cana-de-açúcar (34%), óleo vegetal (16%) e cereais secundários (14%) até 2021.

Prevê-se um aumento dos fluxos comerciais bilaterais de etanol entre os Estados Unidos e o Brasil

Como resposta a diretrizes governamentais, é previsível um aumento do comércio de biocombustíveis entre os Estados Unidos e o Brasil. Estas Perspectivas anteveem a importação, por parte dos Estados Unidos, de etanol à base de cana-de-açúcar oriundo sobretudo do Brasil para ajudar a enfrentar a procura interna criada pelas diretrizes do seu governo relativamente aos biocombustíveis avançados, enquanto o Brasil deverá importar etanol à base de milho, de preço inferior, com origem sobretudo nos Estados Unidos, destinado a satisfazer a procura da grande frota de veículos multicombustível (*flex fuel*) existente neste país. A procura pelo etanol de baixo teor dos EUA deverá sofrer condicionalismos devido a limitações ao grau de mistura a partir de 2016.

A região do Mar Negro deverá assumir um maior protagonismo

Os estoques de cereais continuarão abaixo das médias históricas, suscitando o risco de uma futura volatilidade dos preços. A Federação Russa, a Ucrânia e o Cazaquistão devem assumir um papel de maior relevância como exportadores de trigo até 2021, mas o elevado grau de variabilidade da produção nesta região pode ter implicações no comércio mundial e na volatilidade dos preços mundiais. Prevê-se um aumento das exportações do arroz dos países em desenvolvimento da Ásia, ao mesmo tempo que devem aumentar as importações de arroz para a África.

A China é o principal importador de oleaginosas

A produção e as exportações de oleaginosas continuam a ser dominadas pelos operadores tradicionais, prevendo-se contudo que países exportadores emergentes como a Ucrânia e o Paraguai comecem a contribuir de forma crescente para o aumento das exportações globais. A China, principal país importador, representará mais de metade do total das importações mundiais. O aumento da produção de oleaginosas no Brasil deverá registar um abrandamento, passando de 4,9% para menos de 2% por ano durante o período em análise.

O Brasil domina o mercado mundial do açúcar

A procura pelas culturas de açúcar para a produção de alimentos e etanol vai ser sustentada a médio prazo, mantendo em alta o nível dos preços do açúcar. Os mercados do açúcar na Ásia continuarão sujeitos aos ciclos de produção, o que provocará grandes flutuações ocasionais nos fluxos comerciais e volatilidade dos preços. Dada a posição dominante do Brasil no mercado do açúcar, a afetação das suas culturas de cana-de-açúcar para o etanol e para a produção de açúcar continuará a ser um elemento impulsionador crucial do mercado.

Aumento do consumo de carne nos países em desenvolvimento

O aumento da procura de carne terá a sua origem sobretudo nas grandes economias asiáticas, nos países exportadores de petróleo bruto e na América Latina, onde se preveem aumentos significativos ao nível dos rendimentos. A carne de aves liderará este aumento previsto, uma vez que constitui a fonte de proteína de carne mais econômica e mais acessível, ultrapassando assim a carne suína como maior setor de carne até o final do período analisado nestas Perspectivas.

A aquicultura deve ultrapassar a pesca de captura

A produção de peixe é uma das fontes de proteína animal que tem registrado crescimento mais rápido. Prevê-se que a atividade da pesca mundial, bem como a produção da aquicultura registem um crescimento de 15% durante o período a que esta projeção diz respeito. Contudo, o aumento de 33% na produção da aquicultura fará com que esta ultrapasse a pesca de captura como fonte principal de pescado destinado ao consumo humano até 2018.

Os países em desenvolvimento vão ser os maiores produtores de leite

Prevê-se um ligeiro aumento no consumo de laticínios nos países desenvolvidos, com exceção do queijo e dos laticínios frescos, ao mesmo tempo que se espera um aumento de cerca de 30% até 2021 no consumo de todos os produtos nas regiões em desenvolvimento. Estima-se que a produção de leite nos países em desenvolvimento ultrapasse a dos países desenvolvidos até 2013, registando-se fortes aumentos na China e na Índia.

Tempo de mudança – perspectivas a mais longo prazo

A produção tem de aumentar 60% até 2050

A produção agrícola tem de aumentar 60% nos próximos quarenta anos para responder ao aumento da procura de produtos alimentares. Isso traduz-se num aumento de 1 bilhão de toneladas de cereais e 200 milhões de toneladas de carne por ano até 2050, relativamente aos níveis de 2005/07. Será necessário, também, um aumento da produção de matérias-primas destinadas à crescente produção de biocombustíveis.

O aumento da produção tem de ter a sua origem num aumento da produtividade

Em termos globais, o espaço disponível para o alargamento das áreas de cultivo é limitado. Prevê-se que o total do solo arável aumente apenas 69 milhões de hectares (menos de 5%) até 2050. O acréscimo de produção terá de ser resultado de uma produtividade acrescida, tal como tem sucedido nos últimos cinquenta anos. O aumento da produtividade será crucial para assegurar a contenção dos preços dos gêneros alimentícios num contexto de aumento dos condicionalismos existentes ao nível dos recursos e será um fator-chave na redução da insegurança alimentar global. Os aumentos de produtividade a médio prazo podem ter a sua origem principal na redução das disparidades ao nível da produtividade nos países em desenvolvimento, mas um cenário estilizado sugere que é provável que uma percentagem importante do incremento da produção das colheitas utilizadas como matérias-primas será destinada à produção de biocombustíveis.

É essencial melhorar a sustentabilidade

Simultaneamente, há uma necessidade crescente de melhorar a utilização sustentável dos solos, água, ecossistemas marinhos, unidades populacionais de peixe, florestas e biodiversidade. Cerca de 25% do total do solo arável estão altamente degradados. A escassez grave de água na agricultura é um fato em muitos países. Muitas unidades populacionais de peixe estão sobre-exploradas, ou correm o risco de o ser. Há um consenso crescente de que as alterações climáticas vão agravar-se e que vão ocorrer fenômenos meteorológicos extremos com mais frequência.

Os governos têm de assegurar uma conjuntura favorável

O incentivo a melhores práticas agrícolas, a criação de uma conjuntura comercial, técnica e regulamentar adequada, bem como o reforço dos sistemas de inovação agrícola (por exemplo, investigação, ensino, extensão, infraestruturas), incluindo medidas destinadas a solucionar as necessidades específicas dos pequenos proprietários, são desafios cruciais em termos das políticas que foram identificadas neste relatório. É também essencial que sejam adotadas medidas destinadas a reduzir a perda e o desperdício de alimentos, para combater o aumento da procura e melhorar a produtividade na cadeia de abastecimento. ■

• Esta é a 18.ª edição das Perspectivas Agrícolas e a oitava elaborada em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
• Reúne os conhecimentos especializados de ambas as organizações em matéria de produtos de base, políticas e países, bem como contributos dos países-membros. O relatório apresenta as tendências de mercado no que diz respeito aos biocombustíveis, cereais, oleaginosas, açúcar, carne, peixe e laticínios para o período 2012-2021 e contém uma avaliação dos desenvolvimentos recentes, bem como informação sobre as principais questões e incertezas relativamente a esses mercados de produtos de base.
• Um sistema de modelagem criado em conjunto por ambas as organizações, que tem por base os modelos AGLINK, da OCDE, e COSIMO, da FAO, facilita a consistência entre as projeções. Esta edição inclui uma alusão especial ao desafio de intensificar o crescimento da produtividade agrícola de uma forma sustentável.
• Leia a publicação completa em inglês em: http://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2012_agr_outlook-2012-en

Pesquisa e desenvolvimento

A tecnologia na produção de alimentos

Geraldo Papa*

COM ÁREAS extensas de monocultura, plantio sucessivo e clima quente e úmido em grande parte da agricultura brasileira, as pontes biológicas facilitam a reprodução de insetos e a sobrevivência das doenças nas entressafras. Isso nos leva à necessidade de implementar inovações com tecnologia, principalmente com base nos métodos químicos.

O sucesso da agricultura brasileira está calcado no sistema do plantio direto, na rotação das culturas e na integração lavoura-pecuária-floresta. O melhor pacote tecnológico disponível para garantir a sanidade dos cultivos é o manejo integrado de pragas e doenças, com o apoio de medidas legislativas, como os vazios sanitários. Trata-se de uma prática estratégica que contempla um sistema complexo baseado no conhecimento profundo do agroecossistema.

Mas, é preciso conhecimento técnico e profundo para os defensivos proporcionarem rápida ação curativa contra um dano invisível, funcionarem bem na ação preventiva e servirem para controlar diferentes espécies. Com ação isolada e independente, o produtor aufere bom resultado econômico diante de um custo até relativamente baixo. As boas práticas agrícolas, de acordo com as regulamentações e as bulas, evitam:

• O aumento populacional desequilibrado das pragas secundárias, as contaminações e resíduos no meio ambiente e nos alimentos;

• Os riscos dos aplicadores.

A nova geração de defensivos busca outros mecanismos de ação, redução na quantidade de ingredientes ativos, menor toxidade e mais seletividade em relação aos outros indivíduos. A Química de hoje permite que os produtos aproximem-se do perfil ideal quanto ao equilíbrio ambiental, à saúde do aplicador e ao controle das pragas e doenças.

As estatísticas mostram percentuais significativos registrados pelos hospitais sobre casos de intoxicação devido a ingestões voluntárias, como tentativas de suicídio. Se alguém tentar o suicídio com a ingestão de inseticidas modernos, certamente sofrerá decepção. Com essa modernização, estamos perto do momento em que ninguém conseguirá mais se intoxicar.

A sustentabilidade está inserida em nossas ações, com o uso prudente dos recursos renováveis, proteção dos sistemas naturais e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Fundamentada na ética, ela considera os benefícios de longo prazo da sociedade, sem perder de vista a visibilidade econômica do agricultor, que planta para tirar o seu sustento da terra.

Dados recentes apurados pela Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO) mostram os gastos com defensivos na produção agrícola em dólares por tonelada de produto obtido. Certa vez, em palestra no Senado Federal, fiz a comparação: se um decreto proibisse o uso de medicamentos, no mesmo dia morreriam pessoas; por sua vez, se houvesse algum decreto que proibisse o uso de defensivos, em quinze dias haveria falta de alimentos, principalmente das hortaliças.

Quando se trata de tecnologia, uma das áreas fantásticas é a da transgenia, com enormes avanços, principalmente na área de pragas. Esse trabalho deve ser focado caso a caso. A regulamentação é uma peça-chave para desfrutarmos de forma sustentável as diferentes tecnologias disponíveis, na produção integrada, na rastreabilidade, na Química moderna, entre outras. Com uma agricultura pujante, o Brasil, maior consumidor de defensivos, precisa desse insumo. Os Estados Unidos, com a tecnologia número um do mundo, gastam mais com defensivos do que o Brasil, apesar de contar com um inverno rigoroso. Talvez isso seja indicativo de um trabalho mais indicado com essa tecnologia. ■

Marco dos reguladores de crescimento dos insetos

Década	Uso
1970	Inseticidas carbamatos e fosforados, de elevada toxidez, que regulavam o crescimento dos insetos e inibiam a respiração celular.
1980	Inseticidas biológicos, como o espirosade e neonicotinóides, altamente seletivos, com toxicologia baixa e modificadores de hábitos alimentares.
1990	Os inseticidas seletivos cetoenoir e as diamidas, entre outros.
2000	As diaminas antranílicas, de excelente controle e perfil toxicológico favorável.

Gasto com defensivos por tonelada produzida

País	US$
Japão	72,87
França	22,41
EUA	9,41
Brasil	7,30
Rússia	2,20
China	1,30

Fonte: FAO 2010

*Engenheiro agrônomo e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)



D'Araújo

RESISTENTE
A PRODUTOS QUÍMICOS,
CHOQUES TÉRMICOS E,
PRINCIPALMENTE,
À COMPARAÇÃO
COM OUTRAS MARCAS.

Linha KeraFloor Gail. Mais durabilidade e qualidade.

A indústria requer um piso forte e resistente. Por isso, a Gail investiu muito em tecnologia e pesquisa para desenvolver uma cerâmica anticorrosiva e resistente a ácidos e diversos reagentes químicos. Só a Gail tem a solução completa, com maior mix de peças, rejuntes e argamassas anticorrosivas, ideais para cada fase da produção. Além disso, este piso possui característica antiderrapante e é fácil de limpar. Na hora de escolher a sua cerâmica, escolha quem tem mais de 200 anos de tradição.





GAIL
DESAFIE SUAS IDEIAS

Formatos (cm): 24x11,6 - 11,6x11,6 - 24x5,4 - 18x18 - 24x24 - 30x18 - 30x30 - Espessuras (mm): 8 - 9 - 12 - 14 - 17 - 22

ESCOLHA A ORIGINAL

www.gail.com.br
(11) 2423.2626

Diário de bordo

A década das cooperativas



Roberto Rodrigues*

NOS ÚLTIMOS dias de outubro passado, cerca de 10.000 representantes de cooperativas de uma centena de países reuniram-se em Manchester, na Inglaterra, sob o comando da Aliança Cooperativa Internacional (uma espécie de OCB planetária) para encerrar oficialmente as celebrações do Ano Internacional das Cooperativas, estabelecido em 2012 pela ONU.

Ratificando posição anteriormente anunciada, a ACI fez chegar aos participantes do magno evento sua visão sobre o tema: 2012 não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida para o cooperativismo mundial.

E os representantes de todo o movimento comprometerem-se com uma agenda que considera ações globais voltadas a:

- difundir a doutrina e o ideário cooperativista, com o objetivo de atrair mais gente para o movimento;
- ajudar a criar cooperativas em todo o mundo, com ênfase nas regiões mais pobres, tendo em vista permitir a pequenos produtores isolados o acesso ao mercado, em conjunto com seus iguais;
- convencer os governos destes países – e do mundo todo – a criar instrumentos legais e/ou regras que, sem oferecer privilégios às cooperativas, abram a elas condições de desenvolvimento isonomicamente em relação às demais empresas vigentes;
- convencer os países a criar fundos destinados à capitalização das cooperativas, sobretudo na África e América Latina.

Na verdade, a ACI está lançando uma companha mundial vigorosa para levar a toda parte a doutrina e o modo cooperativo de fazer negócios em um nível diferente. E o objetivo é chegar ao ano de 2020 com este modelo de negócio reconhecido como:

- o modelo de crescimento empresarial mais rápido;
- o modelo preferido pelas pessoas comuns;
- o modelo reconhecido como líder em sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A década chamada pela ACI de Década das Cooperativas (2011 a 2020) considerará, neste esforço, as tendências contemporâneas centrais, tais como:

- degradação ambiental e esgotamento de recursos naturais;
- instabilidade do setor financeiro, com consequente desigualdade de renda;
- falta crescente de governança e lideranças globais;
- marginalização aparente de gerações mais jovens.

Nesse contexto, estão analisadas algumas mudanças dramáticas, lastreadas no crescente desejo dos cidadãos de participar dos negócios e das decisões políticas. Tudo isso contrasta com os modelos vigentes, seja nos negócios, seja nas ações dos governos.

Essas tarefas serão monitoradas pela ACI, em todos os países-membros, mas outras instituições de peso preparam-se para colaborar, como a FAO, que, em junho passado, criou um novo setor para impulsionar o cooperativismo agropecuário.

Em resumo, um gigantesco movimento em favor das cooperativas vem sendo preparado e seus resultados poderão ser notáveis, inclusive quanto à segurança alimentar. Não é por outra razão que o lema do Ano Internacional do Cooperativismo é: "Cooperativas constroem um mundo melhor".

A propósito da segurança alimentar, o Papa Bento XVI enviou carta ao Diretor Geral da FAO, expressando sua opinião a respeito do papel das cooperativas neste tema, afirmando:

"Devido à prioridade da dimensão humana, as cooperativas agrícolas podem ultrapassar o aspecto técnico do trabalho agrícola, reavaliando a centralização da atividade econômica, favorecendo assim respostas adequadas às necessidades locais." Trata-se de uma visão alternativa àquela determinada pelas medidas locais e internacionais, que têm como seus únicos objetivos o lucro, a defesa dos mercados, o uso não alimentício dos produtos agrícolas e a introdução de novas técnicas de produção sem a precaução necessária.

Frente a uma demanda por alimentos cada vez mais importante, que combina a qualidade e quantidade de alimentos, o trabalho das cooperativas agrícolas pode representar algo a mais do que uma simples inspiração, mostrando concretamente um meio possível para satisfazer a demanda crescente da população mundial. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Imbróglio indígena



Cesário Ramalho da Silva*

APÓS TRATARMOS do Código Florestal, comunicação, seguro, perspectivas e desafios do setor, damos sequência, aqui na ***Agroanalysis***, a mais um artigo sobre temas cruciais para o agro – desta vez, sobre as demarcações de terras indígenas. Na visão da Sociedade Rural Brasileira, trata-se de um imbróglio jurídico criado pelo próprio Estado ao longo dos anos, e tanto o Governo atual, como produtores rurais, proprietários de terras, índios, população e a sociedade em geral são vítimas.

De novo, cabe o alerta de que é preciso evitar a polarização ideológica e equivocada de que há um conflito entre o agronegócio e os índios. Abordar a questão assim é adotar uma postura leviana e distorcida quanto à realidade. O correto é pautar qualquer decisão de forma técnica e com respaldo da lei, mas isso não está acontecendo.

O fato é que governos passados concederam títulos de terras a não indígenas em áreas reivindicadas como pertencentes historicamente aos índios. Essas pessoas, detentoras legais das propriedades em que vivem e trabalham, não podem ser penalizadas. Não se discute aqui se, historicamente, áreas que hoje são alvos de disputa eram ou não indígenas.

Isso é outra história, que passa por estudos antropológicos sérios, documentados e não enviesados, diferentemente do que a Funai vem fazendo. O que se discute é a manutenção do Estado de direito e, consequentemente, a soberania e futuro do Brasil.

Retirar não indígenas, que têm o título de propriedade de suas áreas expedido pelo Estado, de terras supostamente habitadas por índios seria apenas trocar o problema de pessoas. Seria um paliativo sem nexo em relação ao Direito de Propriedade.

É óbvio que, se titularidades não forem comprovadas juridicamente, a lei – devolvendo as áreas aos índios – deve ser claramente cumprida, como, aliás, apregoa a Constituição Federal. Mas, se existe outro direito preconizado na Carta Magna, ele se refere à legitimidade do Direito de Propriedade.

STF na berlinda

Além disso, vale ressaltar a necessidade de restabelecimento da Portaria 303, editada pela AGU (Advocacia-Geral da União), que normatiza o regime jurídico da demarcação e da gestão de terras indígenas. A norma estende a todas as terras indígenas as dezenove condicionantes definidas pelo acórdão do STF no julgamento da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

Na prática, a portaria dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas e determina que todos os órgãos públicos federais obedeçam ao que o STF decidiu. A suspensão desta norma traz insegurança jurídica. A verdade é que a autoridade do STF como instância máxima está sendo ignorada por pressão de ONGs e movimentos ditos sociais.

Esses grupos não agem em favor do direito dos índios, atuam em prol de quem os apoia e financia – em muitos casos, entidades estrangeiras. Vivem da perpetuação do problema e não em direção da solução.

Publicamente, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, já afirmou que a portaria é necessária para que exista segurança jurídica. Segundo ele, o posicionamento do STF estabeleceu uma jurisprudência geral. Cabe à sociedade questionar por que a AGU voltou atrás ao suspender a portaria, indo de encontro ao Supremo e, pasmem, à essência do Direito.

Índio quer bem-estar

Para concluir, destaco recente pesquisa do Datafolha que sinaliza em qual direção devem ser guiadas as políticas públicas para os povos indígenas. O levantamento mostra que os índios estão integrados ao modo de vida urbano.

Eletrodomésticos e eletroeletrônicos estão presentes nas aldeias, e o principal problema enfrentado pelos índios, segundo eles mesmos, é o acesso à saúde. Cerca de 64% recebem o Bolsa Família e 67% gostariam de cursar uma faculdade. O trabalho revela, ainda, que, para os índios, energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e casa de alvenaria são muito importantes.

O que constatamos com esses resultados? Que o índio não quer o isolamento e, sim, assumir seu papel como cidadão na sociedade, com todos os seus direitos e obrigações. A preservação das tradições indígenas pode, perfeitamente, caminhar de mãos dadas com este exercício de cidadania. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Tendências paulistas



Mônika Bergamaschi*

ACABA DE ser concluído o primeiro levantamento de intenção de plantio da safra agrícola paulista 2012/2013. O estudo é da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Os dados sobre a provável área a ser cultivada com os sete principais produtos do plantio das águas (algodão, amendoim, arroz, batata, feijão, milho e soja) foram coletados no mês de setembro. A ocupação das terras paulistas na safra de verão com estas culturas deverá aumentar 5,2%, passando de 1,30 para 1,37 milhão de hectares.

A quebra da safra de milho dos Estados Unidos, causada por uma seca severa, não apenas impulsionou as exportações brasileiras no passado recente, como também vem animando o setor, com a possibilidade de ganhos futuros. A área plantada no estado deverá ser 3,5% maior do que na safra passada, alcançando 578,7 mil hectares. Na expectativa de resultado econômico favorável, os produtores estão adotando um melhor pacote tecnológico, com fertilizantes, sementes e até sistemas de irrigação, sendo esperado um acréscimo de 11% na área de milho irrigado no estado.

Seguindo a tendência, no caso da soja, há expectativa de crescimento de 10% na área ocupada, que deverá atingir 600,5 mil hectares. Esse fato não está relacionado apenas às ótimas cotações futuras da oleaginosa, mas, também, ao fato de a cultura ser mais resistente aos efeitos do fenômeno La Niña.

A diminuição da produção norte-americana também teve reflexos positivos nas exportações brasileiras e, a exemplo do milho, deverá incentivar investimentos em novas tecnologias.

O acréscimo na área de amendoim das águas não deverá superar os 2%, consoante à estabilidade nas condições de mercado e à dinâmica de renovação dos canaviais. Houve pouca variação, em comparação à safra passada, nas principais regiões produtoras, como Jaboticabal, Assis, Tupã, Marília e Ribeirão Preto.

O mesmo não acontece com o algodão. Elevados custos de produção e preços menos remuneradores indicam que a redução na área plantada poderá ser de 23%. As regiões de Avaré, Itapeva e Itapetininga compõem o principal núcleo da cotonicultura paulista.

O levantamento aponta, ainda, que a área plantada com os produtos mais presentes no prato do brasileiro, o arroz e o feijão, deverá apresentar ligeira queda. Para o arroz, serão 3,3%, e para o feijão, 4,9%, cedendo, em ambos os casos, espaço para a cultura da soja. A batata tem previsão de diminuição de 3,4% em área plantada.

O quarto levantamento para culturas, ainda em fase de encerramento da safra 2011/12, aponta queda na área de produção de laranja e crescimento da área cultivada com cana-de-açúcar.

Para a cana-de-açúcar, a previsão do volume a ser produzido é de 419,6 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 3,4% em relação à safra anterior. A produtividade calculada é de 78,8 t/ha, o que significa um aumento de 2,3%. Apesar de os números atuais serem positivos, o ritmo de crescimento dessa cadeia é ainda tímido quando comparado a anos anteriores.

O IBGE e a Conab também divulgaram seus primeiros prognósticos no início de novembro, e a expectativa é de recorde de safra, em que pesem significativas diferenças nos números estimados. Mas de uma coisa ninguém discorda: é a hora e a vez da soja. Resta torcer, literalmente, para que os bons ventos soprem a favor. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em novembro de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	480.000	380.000	385.000
Massey Fergusson	MF 9690	450.000	610.000	555.000	625.000
New Holland	CR 9060	710.000	763.441	750.000	760.000
New Holland	CS 660	445.200	610.000	580.000	620.000
New Holland	TC 5090	400.000	430.108	420.000	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	354.839	380.000	410.000
Valtra	BC 6500	513.000	540.000	534.700	600.000
Valtra	BC 7500	544.000	630.000	646.970	700.000
Valtra	BC 4500	304.000	350.000	396.800	380.000
Jonh Deere	1175 HY	321.000	410.000	380.000	358.550
Jonh Deere	9470	450.000	557.000	530.000	493.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em novembro de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	105.000	128.000	118.000	120.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	155.000	168.000	145.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	170.000	215.000	227.000
New Holland	TM 7020	170.000	190.000	150.000	199.000
New Holland	TM 7040	190.000	204.301	192.000	220.000
New Holland	T 745	210.000	244.00	245.000	310.000
Valtra	BM 125-4	117.000	130.000	133.000	140.000
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	194.800	215.000
Valtra	BM 205-4	190.000	205.000	208.900	230.000
Jonh Deere	7210	251.000	302.800	260.000	279.000
Jonh Deere	8335	375.000	683.000	622.000	502.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de roçadeiras hidráulicas em novembro de 2012 (R$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	LARGURA DE CORTE	POTÊNCIA DO TRATOR (CV)	PREÇO
RO 1300/ CORREIAS	TATU	1,3	36,0	4.500
RO 1500/ CORREIAS	TATU	1,5	50,0	5.500
RO 1700/ CORREIA	TATU	1,7	60,0	5.950
RO 2600/ CORREIA	TATU	2,5	60,0	7.898
RO 3100/ CORREIA	TATU	3,0	70,0	8.700
RO 3101/ CORREIA	TATU	3,0	70,0	8.862
RC 1300/ CARDAN	TATU	1,3	36,0	4.300
RC 1500/ CARDAN	TATU	1,5	50,0	5.000
RCP 1500/ CARDAN/ s/ roda	TATU	1,5	50,0	5.800
RC 1700/ CARDAN	TATU	1,7	60,0	4.880
RP 1300	BALDAN	1,3	40,0	5.150
RP 1500	BALDAN	1,5	40,0	5.250
RP 1700	BALDAN	1,7	50,0	5.600
RD 1500	BALDAN	1,5	40,0	5.900
A DESLOCÁVEL	ICMA	1,2	25,0	3.911
B DESLOCÁVEL	ICMA	1,6	40,0	6.650
B S. HIDRÁULICA	ICMA	1,6	40,0	5.692
RH 1500	INRODA	1,5	50,0	4.627
RC 2600/CARDAN	TATU	2,5	60,0	11.400
RC 3100/CARDAN	TATU	2,9	70,0	13.450

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Pensando já na colheita da produção 2012/2013, a partir do começo do ano que vem, considere um agricultor que queira, em novembro de 2012, comprar uma colheitadeira, da New Holland, modelo CS660, cujo preço é R$ 445.200,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 89.040,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para março de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 495.098,37 pela colheitadeira.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/03/13	356.160,00	35.616,00	6.413,37	42.029,37	1
15/09/13	320.544,00	35.616,00	8.697,00	44.313,00	2
15/03/14	284.928,00	35.616,00	7.730,67	43.346,67	3
15/09/14	249.312,00	35.616,00	6.764,33	42.380,33	4
15/03/15	213.696,00	35.616,00	5.798,00	41.414,00	5
15/09/15	178.080,00	35.616,00	4.831,67	40.447,67	6
15/03/16	142.464,00	35.616,00	3.865,33	39.481,33	7
15/09/16	106.848,00	35.616,00	2.899,00	38.515,00	8
15/03/17	71.232,00	35.616,00	1.932,67	37.548,67	9
15/09/17	35.616,00	35.616,00	966,33	36.582,33	10
Total		356.160,00	49.898,37	406.058,37	-
Total pago: R$ 89.040,00 (entrada) + R$ 406.058,37 (financiamento) = R$ 495.098,37					

Produção agrícola brasileira

Segundo levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/2010	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.029,3	2.609,0	-13,9
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	288,9	-2,0
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	268,7	-2,1
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	20,2	0,5
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.719,5	1,0
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	386,4	9,3
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	54,7	5,2
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,1	-11,4
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	316,2	3,6
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.898,6	3.313,2	14,3
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	1.285,0	4,0
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.065,4	1.278,7	20,0
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	597,6	749,5	25,4
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,2	93,6	-19,4
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	80,5	224,6
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.570,2	72.850,7	0,4
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.869,4	35.388,8	4,5
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	38.700,8	37.461,9	-3,2
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	82.992,2	25,0
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.182,6	2.243,4	2,8
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.462,8	-22,9
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	136,9	22,0
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	165.713,8	181.551,1	9,6

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças/Limite Superior

Mercado do Café

Indicadores de desempenho da cafeicultura brasileira

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PRODUÇÃO (MILHÕES/SC) [1]	**28,8**	**39,3**	**32,9**	**42,5**	**36,1**	**46,0**	**39,5**	**48,1**	**43,5**	**50,6**
Área em produção (milhões/ha)	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1
Produtividade (sc/ha)	13,1	17,8	14,9	19,8	16,6	21,2	18,9	23,2	21,2	24,4
EXPORTAÇÃO - VERDE, SOLÚVEL, EXTRATOS E TORRADO [2]										
Quantidade (milhões/sc)	26,0	27,0	26,4	28,0	28,4	29,7	30,5	33,5	33,6	2,2
Valor (bilhões/US$)	1,5	2,1	2,9	3,4	3,9	4,8	4,3	5,8	8,7	0,6
Preço Médio (US$/sc)	59,55	76,08	110,80	120,23	137,03	160,20	140,38	172,11	259,83	277,92
CONSUMO INTERNO DE CAFÉ T&M E SOLÚVEL (MILHÕES/SC) [3]	**13,7**	**14,9**	**15,5**	**16,3**	**17,1**	**17,7**	**18,9**	**19,1**	**19,7**	**20,4**
Consumo *per capita* (kg/habitante ano)	4,7	5,0	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,4
ESTOQUES DO FUNCAFÉ (MILHÕES/SC)	**5,12**	**4,29**	**3,19**	**1,88**	**0,70**	**0,52**	**0,49**	**0,49**	**0,17**	**0,17**
ORÇAMENTO APROVADO FUNCAFÉ (R$ MILHÕES)	**550**	**1.226**	**1.282**	**1.680**	**2.147**	**2.561**	**2.844**	**2.846**	**2.714**	**2.734**
Financiamentos	524	1.201	1.249	1.579	2.026	2.441	2.673	2.673	2.539	0
Publicidade e Promoção dos Cafés do Brasil	3,5	5,0	8,4	5,5	13,0	13,0	15,0	15,0	14,0	8,0
Pesquisa Cafeeira	8,0	8,0	12,0	7,5	12,0	12,0	15,3	15,3	15,0	12,0
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (EM SC) (%) [4]	**29,9**	**29,3**	**30,2**	**30,4**	**29,5**	**30,5**	**31,7**	**34,6**	**32,4**	**0,0**
PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO (EM US$) (%) [2]	**5,0**	**5,2**	**6,6**	**6,8**	**6,6**	**6,6**	**6,6**	**7,5**	**9,2**	**12,4**
PREÇOS DO CAFÉ TIPO 6, BEBIDA DURA, RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, BASE CEPEA/ESALQ (R$/SC) [2]	**173,84**	**217,27**	**281,13**	**250,33**	**252,43**	**260,37**	**263,20**	**310,91**	**494,95**	**485,04**

Fontes: DCAF - Conab - ABIC - MDIC/SECEX - OIC - Cepea/Esalq/BM&F
[1] 2012 com base no 1º Levantamento de Safra da Conab - Janeiro/12; [2] 2012 - de Janeiro ; [3] 2012 - Estimativa; [4] 2012 - de Janeiro

Produção de café (previsão inicial para a safra 2012)

UF / REGIÃO	PRODUÇÃO (MIL SACAS BENEFICIADAS)						PRODUTIVIDADE (Sacas/ha)	
	Arábica		Robusta		TOTAL			
	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
MINAS GERAIS	**25.253**	**26.819**	**290**	**308**	**25.543**	**27.127**	**25,06**	**26,62**
Sul e Centro-Oeste	12.646	13.431	-	-	12.646	13.431	24,86	26,40
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	5.436	5.774	-	-	5.436	5.774	31,89	33,87
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	7.171	7.614	290	308	7.461	7.922	21,95	23,30
ESPÍRITO SANTO	**2.669**	**2.951**	**8.972**	**9.527**	**11.641**	**12.478**	**25,73**	**27,58**
SÃO PAULO	**4.377**	**4.828**	**-**	**-**	**4.377**	**4.828**	**25,82**	**28,48**
PARANÁ	**1.800**	**2.000**	**-**	**-**	**1.800**	**2.000**	**24,66**	**27,40**
BAHIA	**1.853**	**1.967**	**754**	**801**	**2.607**	**2.768**	**18,91**	**20,07**
Cerrado	526	559	-	-	526	559	41,73	44,35
Planalto	1.327	1.408	-	-	1.327	1.408	13,16	13,96
Atlântico	-	-	754	801	754	801	30,86	32,78
RONDÔNIA	**-**	**-**	**1.812**	**1.886**	**1.812**	**1.886**	**11,81**	**12,30**
MATO GROSSO	**16**	**16**	**187**	**187**	**203**	**203**	**10,20**	**10,20**
PARÁ	**-**	**-**	**229**	**229**	**229**	**229**	**21,87**	**21,87**
RIO DE JANEIRO	**238**	**238**	**12**	**12**	**250**	**250**	**19,43**	**19,43**
OUTROS	**202**	**201**	**302**	**302**	**504**	**503**	**21,38**	**21,34**
BRASIL	**36.408**	**39.020**	**12.558**	**13.252**	**48.966**	**52.272**	**23,63**	**25,23**

Fontes: MAPA - SPAE / Conab

Mercado do Café

Produção, exportação e consumo mundial de café (mil sacas de 60 kg)

Produção Mundial						
	2007	2008	2009	2010	2011	PART. (%)
BRASIL [1]	36.070	45.992	39.470	48.095	43.484	33,2
VIETNÃ	16.467	18.500	18.200	19.467	18.500	14,1
INDONÉSIA	7.777	9.612	11.380	9.129	8.750	6,7
COLÔMBIA	12.504	8.664	8.098	8.523	8.500	6,5
ETIÓPIA	5.967	4.949	6.931	7.500	8.312	6,3
ÍNDIA	4.319	3.950	4.764	5.033	5.370	4,1
PERU	3.063	3.872	3.286	3.976	5.000	3,8
MÉXICO	4.150	4.651	4.200	4.850	4.500	3,4
HONDURAS	3.842	3.450	3.575	4.326	4.300	3,3
GUATEMALA	4.100	3.785	3.835	3.950	3.450	2,6
NICARÁGUA	1.903	1.442	1.831	1.804	1.850	1,4
COSTA DO MARFIM	2.317	2.397	1.795	999	1.600	1,2
EL SALVADOR	1.505	1.450	1.065	1.859	1.450	1,1
OUTROS PAÍSES	15.963	15.579	14.506	14.650	15.847	12,1
TOTAL	119.947	128.293	122.936	134.161	130.913	100,0

Fontes: MAPA/SPAE/Conab [1]; OIC.

Exportação Mundial						
	2007	2008	2009	2010	2011	PART. (%)
BRASIL [1]	28.398	29.728	30.481	33.494	33.610	32,4
VIETNÃ	17.936	16.101	17.052	14.229	17.675	17,0
COLÔMBIA	11.300	11.085	7.894	7.822	7.733	7,5
INDONÉSIA	4.149	5.741	7.907	5.489	6.265	6,0
ÍNDIA	3.319	3.377	3.007	4.577	5.840	5,6
PERU	2.879	3.733	3.074	3.817	4.108	4,0
HONDURAS	3.312	3.259	3.084	3.349	3.947	3,8
GUATEMALA	3.726	3.778	3.493	3.468	3.658	3,5
MÉXICO	2.912	2.448	2.838	2.498	2.895	2,8
ETIÓPIA	2.604	2.852	1.851	3.324	2.721	2,6
EL SALVADOR	1.210	1.438	1.309	1.082	1.826	1,8
NICARÁGUA	1.259	1.625	1.374	1.712	1.457	1,4
COSTA DO MARFIM	2.196	1.490	1.807	1.912	807	0,8
OUTROS PAÍSES	11.167	10.791	10.994	10.078	11.133	10,7
TOTAL	96.367	97.446	96.165	96.851	103.675	100,0

Fontes: MDIC/SECEX [1]; OIC.

Consumo Interno						
	2007	2008	2009	2010	2011 [2]	PART. (%)
BRASIL [1]	17.110	17.660	18.390	19.132	20.270	48,3
INDONÉSIA	3.333	3.333	3.333	3.333	3.333	7,9
ETIÓPIA	2.785	2.933	3.089	3.253	3.253	7,7
MÉXICO	2.050	2.200	2.200	2.239	2.239	5,3
ÍNDIA	1.438	1.518	1.605	1.725	1.725	4,1
VIETNÃ	1.000	1.021	1.208	1.583	1.583	3,8
COLÔMBIA	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	3,3
HONDURAS	460	460	460	460	460	1,1
GUATEMALA	300	335	320	340	340	0,8
COSTA DO MARFIM	317	317	317	317	317	0,8
NICARÁGUA	189	192	194	268	268	0,6
PERU	220	250	250	250	250	0,6
EL SALVADOR	230	232	230	230	230	0,5
OUTROS PAÍSES	5.541	6.268	6.679	6.789	6.332	15,1
TOTAL	36.373	38.119	39.675	41.319	42.000	100,0

Fontes: ABIC [1]; OIC.
[2] Estimativas